



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

TICIANE PRISCILA CARDOSO FERNANDES

**“DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” EM PORTO VELHO-RO: A
REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS PÁGINAS DO JORNAL “ALTO
MADEIRA” (1920-1930)**

**SANTARÉM-PA
2025**

TICIANE PRISCILA CARDOSO FERNANDES

**“DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” EM PORTO VELHO-RO: A
REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS PÁGINAS DO JORNAL “ALTO
MADEIRA” (1920-1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a
obtenção do grau em Licenciatura em História,
Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de
Ciências da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Tavares de Moraes.

**SANTARÉM-PA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

F363d Fernandes, Ticiane Priscila Cardoso
“Deus, pátria e família” em Porto Velho-RO: a representação feminina nas páginas do jornal “Alto Madeira” (1920-1930). / Ticiane Priscila Cardoso Fernandes. - Santa-rém, 2025.
67 p.
Inclui bibliografias.

Orientador: Felipe Tavares de Moraes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em História.

1. Amazônia. 2. Porto Velho (RO). 3. MulheresMulheres. 4. Espaço Privado. 5. Movimento feminista. I. Moraes, Felipe Tavares de, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 305.42098114



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, na cidade de Santarém, do Estado do Pará, reuniu-se de forma remota e presencial no Laboratório de História, no Campus Rondon, a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Ticiane Priscila Cardoso Fernandes, matrícula 2019014087, intitulado "DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA" EM PORTO VELHO-RO: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NAS PÁGINAS DO JORNAL "ALTO MADEIRA" (1920-1930), sob orientação do Prof. Dr. Felipe Tavares de Moraes, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A banca examinadora foi composta pelo presidente, o docente orientador citado, e pelos(as) seguintes membros docentes: Prof. Dr. Luiz Carlos Laurindo Júnior (UFOPA) e Prof. Dr. Antonio Cláudio Rabello (UNIR). Após a defesa e análise do TCC, considerando a qualidade deste trabalho, a banca deferiu pela (X) aprovação / () reprovação do TCC, atribuindo ao mesmo a nota 10,0. Fica acordado que a referida nota 10,0 está condicionada à entrega da versão final do trabalho, no prazo máximo de dez (10) dias, a partir desta data, e a mesma nota está condicionada a contemplar as observações da banca examinadora. Proclamados os resultados pelo presidente da banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu Felipe Tavares de Moraes lavrei a presente ata, que será assinada pela autora e membros da banca examinadora.

Autora: Ticiane Priscila Cardoso Fernandes

Orientador: Prof. Dr. Felipe Tavares de Moraes

Examinador: Prof. Dr. Luiz Carlos Laurindo Júnior (UFOPA)

Examinador: Prof. Dr. Antonio Cláudio Rabello (UNIR)



Documento assinado digitalmente
ANTONIO CLAUDIO BARBOSA RABELLO
Data: 04/07/2025 11:33:23 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dedico com amor este trabalho a minha avó Olgarina Cardoso e minha mãe Maria Eliana Cardoso, duas grandes mulheres que me educaram com toda a potência feminina.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, em primeiro lugar, por ser meu maior incentivador durante toda a minha trajetória acadêmica e pelo amor e dedicação que dispensa a nossa família. Todo o meu carinho e amor a Alexssandre Pinto Fernandes, que tornou essa etapa da minha vida mais leve com o seu apoio irrestrito.

A minha filha Julia Cardoso Fernandes, meu amor, minha vida, que foi a minha auxiliar para a formatação de muitos trabalhos, corretora ortográfica em muitas ocasiões e uma grande incentivadora. A você, minha filha, todo o meu amor, carinho, admiração e orgulho por seres essa jovem tão especial que és.

A minha mãe Maria Eliana Cardoso e minha avó Olga Cardoso, mulheres potentes que me educaram com toda a força do feminino, para a compreensão de que o lugar da mulher é onde ela quer estar. Certamente a semente do feminismo foi brotada em meu coração desde a infância, de forma intuitiva, por essas duas incríveis mulheres que tanto amo. Seus ensinamentos moldaram o que sou hoje. Agradeço por todo o amor, cuidado e ensinamentos que me proporcionaram e proporcionam. Todo o meu carinho e amor a minha querida mãe e minha avó.

Aos amigos da graduação, Maycon Roberto Menezes, Antonia Pires de Santana, Ariele Paixão dos Santos e Divo Alexandre Rocha, expresso meus profundos agradecimentos. Aprendi muito com cada um de vocês. Todas as trocas e discussões para a elaboração dos trabalhos foram momentos de profundo aprendizado. Foi um privilégio tê-los como companheiros nessa caminhada.

Ao meu orientador, Felipe Tavares de Moraes, por ter tornado esse momento de elaboração deste trabalho, tão desafiador para mim, possível. Agradeço por toda a paciência e dedicação que o nobre professor dedicou em todas as fases de elaboração do trabalho. Agradeço, especialmente, por acreditar que eu teria condições de executá-lo, quando eu achei não ser mais possível.

Agradeço na figura do querido professor Antonio Cláudio Rabelo, todos os professores que foram pontes para que eu lograsse chegar até aqui.

Não teria como deixar de agradecer a instituição onde iniciei o curso, UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Serei eternamente grata por tudo que vivi e aprendi, já na maturidade, nesta instituição. Foram quebras de paradigmas em

minhas estruturas de pensamentos, proporcionando que eu pudesse ver o mundo de maneira mais crítica e madura. Passei a vislumbrar um horizonte com novas perspectivas.

Agradeço a UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará, que me acolheu e me proporcionou com excelência o término do curso. Essas duas instituições, UFOPA e UNIR, contribuíram largamente para o meu amadurecimento intelectual. E, por fim, agradeço a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente me ajudaram a chegar até aqui, acreditando em meu potencial quando nem eu mesma acreditava.

RESUMO

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil, uma jovem república, estava passando por um turbilhão de mudanças políticas, econômicas e sociais. Não apenas o Brasil, o mundo ocidental pós Primeira Guerra Mundial estava sendo sacudido por profundas mudanças. E é nessa conjuntura que visitaremos as páginas do jornal *Alto Madeira* em uma pequena cidade no interior da Amazônia, Porto Velho, para analisar o discurso político do jornal em relação às mulheres. Discurso esse recheado com forte influência fascista e alinhado com valores nacionalistas do governo de Getúlio Vargas. Do ponto de vista metodológico, este estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental ao problematizar as representações femininas presentes no jornal *Alto Madeira*. O trabalho demonstra que a luta feminista pelo protagonismo feminino no Brasil foi amplamente rechaçada por grupos conservadores que viam na autonomia das mulheres uma subversão da ordem e um perigo para as futuras gerações, comprometendo assim o projeto de nação varguista. Com um copilado de trechos jornalísticos, o trabalho evidencia que o jornal *Alto Madeira* buscou combater e subverter as pautas feministas. Utilizando valores religiosos, morais, fascistas e nacionalistas propagou em suas páginas condutas de comportamento e de controle dos corpos das mulheres portovelhenses, e manutenção das mulheres ao espaço privado. “Deus, Pátria e Família” ecoaram nas linhas do jornal *Alto Madeira*.

Palavras-Chaves: Amazônia. Porto Velho. Mulheres. Espaço Privado. Movimento Feminista.

ABSTRACT

In the early decades of the 20th century, Brazil, a young republic, was going through a whirlwind of political, economic and social changes. Not only Brazil, but the post- World War I Western world was also being shaken by profound changes. It is in this context that we will visit the pages of the Alto Madeira newspaper in a small town in the interior of the Amazon, Porto Velho, to analyze the newspaper's political discourse regarding women. This discourse was heavily influenced by fascism and aligned with the nationalist values of Getúlio Vargas' government. From a methodological point of view, this study used bibliographical and documentary research to problematize the representations of women present in the Alto Madeira newspaper. The work demonstrates the feminist struggle for female protagonism in Brazil, which was widely rejected by conservative groups who saw women's autonomy as a subversion of the order and a danger to future generations, thus compromising the Vargas national project. With a compilation of journalistic excerpts, the work shows that the Alto Madeira newspaper sought to combat and subvert feminist agendas. Using religious, moral, fascist and nationalist values, it propagated in its pages behavior and control over the bodies of women from Porto Velho, and the maintenance of women in private space. “God, Country and Family” echoed in the lines of the newspaper Alto Madeira.

Keywords: Amazon. Porto Velho. Women. Private Space. Feminist Movement.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – AS DÉCADAS DE 1920 E 1930 E A QUESTÃO FEMININA: AVANÇOS E RECUOS POR DIREITOS E PROTAGONISMOS FEMININOS.....	18
O DISCURSO OFICIAL SOBRE A QUESTÃO FEMININA: A MISSÃO DA MULHER COM A PÁTRIA E A FAMÍLIA.....	18
1.1 O MOVIMENTO FEMINISTA E A QUESTÃO FEMININA: DIREITOS SOCIAIS E PROTAGONISMO FEMININO.....	30
CAPÍTULO 2 – A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO JORNAL “ALTO MADEIRA” (1920-1930): O DISCURSO POLÍTICO EM DESEFA DO PATRICARDO.....	39
2.1 UM MANUAL DE CONDUTA FEMININA: A CENTRALIDADE DO ESPAÇO PRIVADO.....	39
2.2 A MULHER DEVOTA E PATRIOTA: A RELIGIÃO E O NACIONALISMO EM QUESTÃO.....	48
2.3 A MORAL E OS BONS CONSTUMES: O CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES.....	54
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
4 REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

O objeto de análise do presente trabalho, a representação feminina no discurso político do Jornal *Alto Madeira* (1920-1930), surgiu do contato com a fonte quando participei nos anos 2017/2018 do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPQ na Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Há época fazíamos parte de um grupo de pesquisa denominado Jurupari. O Jurupari se filiava à linha de pesquisa Cultural, Memória e Patrimônio na Amazônia. No grupo, o meu plano de trabalho estava relacionado a História Social do Futebol em Rondônia entre os anos de 1930 a 1937. No primeiro ano de pesquisa no Jurupari os esforços se concentraram em compreender a prática do futebol na cidade de Porto Velho-RO por meio da análise de textos jornalísticos. No segundo ano, o exercício intelectual era compreender a relação da mulher com os clubes de futebol na cidade de Porto Velho-RO.

No segundo ano do Programa de Iniciação Científica, em contato com a fonte durante a coleta de dados, deparei com notícias que tinham a mulher como tema principal. O interesse foi imediato e naquele momento decidi qual seria o objeto de análise do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Mas não mais entender a relação das mulheres com os clubes de futebol. O interesse se concentrou em entender qual o papel social que o jornal atribuía às mulheres.

O presente trabalho traz uma pesquisa documental e bibliográfica. O documento selecionado foi o jornal impresso. Na pesquisa documental, que tem neste trabalho como fonte o jornal impresso, é importante destacar que a revolução causada a partir de 1929 pela *Escola de Annales* foi vital para o trabalho do historiador, pois superou a história que tinha nos *factos* seu único objeto. E esses fatos só poderiam ser extraídos de fontes oficiais, isto é, documentos oficiais. Logo, antes da *Annales*, as fontes eram limitadas a documentos oficiais.

É válido evidenciar que por muito tempo a história foi tratada como uma espécie de gênero literário. No século XVII a história se aproximava de filósofos e ganhou aspectos de uma história filosófica, produzindo interpretações gerais sobre o ocorrido, sobre o passado. Até este momento não se lançava mão de recursos de comprovação empírica e documental (Bentivoglio; Merlo, 2014).

Na segunda metade do século XVIII surge certa desconfiança nos textos históricos. Os textos já existentes passam a ser olhados de uma forma mais crítica, com isso emerge uma metodologia específica para a História. Essa metodologia era baseada

na *crítica documental*, que consistia em classificar, reconhecer e analisar textos e documentos históricos para verificar sua autenticidade, sua procedência, autoria e destinação. Bentivoglio e Merlo (2014) teorizam que todo esse aparato técnico e crítico foi desenvolvido secularmente desde a antiguidade.

Com o surgimento do cientificismo no século XIX, os saberes passam a ser tratados como científicos. E assim sendo, surge uma metodologia específica para a história: o *método histórico*, que para Bentivoglio e Merlo (2014) nada mais é do que a *crítica documental* do século XVIII. Além do *método histórico*, foi necessário desenvolver uma *teoria* que atendesse especificamente a História. (Bentivoglio; Merlo, 2014). O *Historicismo* alemão aperfeiçoou a crítica documental, buscava combater os anacronismos e propunha uma ênfase na compreensão do passado sem a perspectiva de oferecer compreensão para o presente ou oferecer modelos à atualidade. A história passava a percorrer outros caminhos, afastava-se dos estudos filosóficos ou literários (o *Historicismo* não rompe totalmente), desenvolvia-se como um campo autônomo do saber, como uma história científica. Para Leopold von Ranke (1795-1886) e Wilhen von Humboldt (1767-1835) a história poderia ser ciência e também poderia ser arte a um só tempo (Bentivoglio; Merlo, 2014).

Na segunda metade do século XIX inicia-se a Escola Metódica francesa. Essa nova perspectiva de fazer história *privilegia os fatos políticos, as datas-limites, o factual na história, os grandes personagens*. (Bentivoglio; Merlo, 2014, p. 94). A *Escola Metódica* teorizava a história como científica, objetiva e antifilosófica. A história para ser ciência tinha que se preocupar na reprodução dos fatos, por isso os metódicos valorizavam em demasia as fontes (oficiais) escritas, pois acreditavam encontrar nelas a verdadeira expressão do passado (Bentivoglio; Merlo, 2014). Criticavam a *Escola Romântica*, pela presença do catolicismo e a idealização do passado. Os metódicos afastam-se de especulações filosóficas e de procedimentos literários. Com isso rechaçavam a interpretação e compreensão, para manter distância das *Escolas Romântica* e alemã (Bentivoglio; Merlo, 2014).

Os metódicos defendiam a neutralidade, objetividade e imparcialidade do historiador, a verdade estaria nos documentos, os quais seriam evidências concretas do passado. Defendiam que os documentos (oficiais) eram principais vestígios dos atos humanos, e fazer história significaria ir aos arquivos. As fontes seriam o sujeito da história e não o objeto de seleção e crítica. Defendiam a cientificidade da escrita da história, e para isso a utilização de métodos científicos. Defendiam que eventos marcantes são os

determinados pela política. (Bentivoglio; Merlo, 2014). O ofício do historiador estaria em descrever objetivamente a verdade pretérita, era o de reconstruir o passado em sua plenitude. Um legado importante que a *Escola Metódica* deixou está no desenvolvimento da *crítica documental* e o apreço pelas *fontes*, no sentido de compreendê-las como ferramentas importantes na investigação do passado (Bentivoglio; Merlo, 2014).

Após a mudança de paradigma promovida pela Escola fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch no início do século XX, a escrita da história deu lugar a história para além dos fatos, inaugurando novas metodologias, teorizando que é o olhar do historiador ao analisar as fontes e interpretá-las que determinará o fato ou o ocorrido como histórico. Dessa forma, o papel do historiador é essencialmente o de um selecionador e de um problematizador de documentos na relação entre passado e presente (Carr, 1996).

Com o surgimento de novos problemas, temas e objetos, o jornal impresso desponta como fonte. No entanto, cabe ao pesquisador estar atento ao conteúdo editorial do periódico. Ao analisar as fontes impressas, é necessário mapear quais os interesses, parcialidades e imparcialidades que o jornal apresenta. O jornal deve ser tratado como fonte e também como objeto. É fonte, pois coloca o historiador em contato com um texto produzido em um determinado momento histórico. É objeto, pois coloca o historiador em contato com o periódico na condição de análise crítica (Lucca, 2008).

O pesquisador em contato com a fonte impressa, com o jornal, deve questionar: quais os interesses defendidos pelo jornal? Quem são os seus inimigos? Quem são seus aliados? Quais os valores morais são defendidos em suas linhas? Qual o lugar social que ocupa aqueles que estão produzindo os textos? Qual grupo social busca impactar com as suas notícias? Enfim, é objeto, pois exige do pesquisador um olhar cuidadoso, pois o jornal não possui neutralidade e nem objetividade, pelo contrário, o jornal busca em suas páginas atender interesses e visões de mundo de grupos sociais. E claro, disseminar essa visão aos seus leitores.

Nossa fonte documental se restringe ao jornal *Alto Madeira*, inaugurado em 15 de abril de 1917 pelo médico e político Joaquim Augusto Tanajura¹. O jornal *Alto Madeira* substituiu um jornal já existente, *O Município*. *O Município* foi o primeiro jornal em língua portuguesa de Porto Velho, criado em 1915. Os primeiros jornais impressos em

¹ Joaquim Augusto Tanajura nasceu em 1878, na Bahia. Se formou em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde entrou para a Força Policial do Distrito Federal. Chegou a região do Madeira por meio da missão de chefiar o serviço de saúde da Comissão de Linhas Teleféricas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, entre os anos de 1909 e 1912. Em 1912 foi nomeado o primeiro intendente municipal de Santo Antônio do Madeira, e ficou no cargo até 1915 (Vital, 2011).

Porto Velho eram totalmente editados em inglês, pois buscavam atender exclusivamente os funcionários da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que eram em sua maioria estadunidenses (Nogueira; Oliveira, 2019). A tiragem do jornal no período pesquisado era bissemanal. O jornal, em seus anos iniciais, circulava aos domingos e quintas-feiras, a partir de 1930 passou a circular às quartas-feiras e aos domingos. Cada edição continha, em média, quatro páginas.

Joaquim Augusto Tanajura ficou na direção do jornal até a data de 26 de outubro de 1930. Na edição do jornal *Alto Madeira* de número 1.393 de 28 de outubro de 1930, o jornal circulou em edição extraordinária, em uma terça-feira, estampando na primeira página: a vitória da “Revolução”, a prisão do ex-presidente Whashington Luís, a constituição no Rio de Janeiro de uma junta composta do Tenente Coronel Reformado Pedro Henrique Cordeira Junior, Dr. José de Souza Brasil e Francisco Pereira. Ainda nessa edição o jornal informava a mudança na direção do jornal, que passava a ser exercida por Moacyr de Miranda, que era o secretário da Chefia de Linhas e Instalações. Foi mantido Cincinato Elias Ferreira no cargo de gerente administrativo. O jornal trazia a seguinte nota:

Afim de não se desorganizar a vida administrativa do Município de Porto Velho, continuam no exercício de suas funções, plenamente asseguradas pelo senhor 1º Tenente Aluísio Pinheiro Ferreira, todas as autoridades locais, apenas modificada a direção do Alto Madeira, **para que seja o porta-voz das actuaes aspirações do Paiz dentro desta região.** (Jornal Alto Madeira, ed. 1.393, 28 de outubro de 1930. Grifo nosso)

Aluísio Pinheiro Ferreira que a notícia acima menciona era o chefe do Terceiro Distrito Telegráfico do Mato Grosso e foi nomeado Delegado do Governo Provisório. E logo que assumiu o novo cargo já estava fazendo modificações na vida administrativa de Porto Velho. A notícia acima esclarece que a mudança foi necessária para que o jornal *Alto Madeira* fosse o *porta voz* do novo governo.

É possível inferir sobre a mudança na direção do periódico portovelhense o fato de Tanajura ser do Partido Republicano do Amazonas e apoiador do candidato a presidência da República Julio Prestes nas eleições de 1930, com ampla divulgação nas páginas do jornal o apoio aos candidatos republicanos. A fonte sinaliza que a mudança na direção do jornal é justificada por razões políticas e que o jornal *Alto Madeira* era o *porta-voz das actuaes aspirações do Paiz* na cidade de Porto Velho.

A cidade de Porto Velho surgiu no início do século XX, como uma base para

abrigar as instalações para a construção de uma ferrovia que ligaria o Brasil a Bolívia. Na segunda metade do século XIX, com a valorização da borracha como importante produto comercial para exportação, foi necessário desenvolver estratégias para escoar a produção ao longo dos rios da Amazônia e neste sentido a construção de uma estrada de ferro na região tornou-se uma possibilidade. Foram inicialmente duas tentativas frustradas de construção da estrada, que teve início em 1870 com o comando do empresário norte-americano George Earl Church.

Somente na terceira tentativa a estrada de ferro foi concluída. Após a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, firmou-se o compromisso do governo brasileiro com o boliviano para a construção de uma estrada de ferro capaz de escoar a produção de borracha, e em 1907 deu-se o início da construção da referida estrada, agora pela empresa May Jackyll and Randolph Co. Ltda, contratada pela Madeira Mamoré Railway Company, esta ligada a Brazil Railway Company (responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande) e sob o controle do norte-americano Percival Farquhar. (Oliveira, 2014).

Num esforço em superar as dificuldades encontradas nas tentativas anteriores e com a intenção de instituir o máximo de ordem em meio a “selva” amazônica, o ponto de início da construção da ferrovia deslocou-se sete quilômetros da vila de Santo Antônio do Madeira², local das duas primeiras tentativas frustradas (Fonseca, 2014). Assim, surgiu, a então vila de Porto Velho. Este espaço surgiu no esforço de maximizar a possibilidade do avanço do capital industrial na Amazônia, cabendo não apenas a construção de espaços bem distribuídos como também ambientes salubres e capazes de potencializar o trabalho na estrada de ferro (Fonseca, 2014). A ferrovia foi finalizada em 1912.

A vila de Porto Velho passou ao status de município no ano de 1914. Foi o seu primeiro superintendente nomeado pelo governador do Estado o major Fernando Guapindaia. Porto Velho, nas décadas de 1920 e 1930, era um município amazonense, desmembrado da comarca de Humaitá. Estima-se que a população urbana do município nos anos de 1930 girava em torno de 2.531 habitantes. (Rabello; Fernandes; Menezes, 2019). A partir de 1920 visitaremos as páginas do jornal *Alto Madeira* com o intuito de entender qual o discurso político do jornal em relação às mulheres. Tendo este

² Santo Antonio do Rio Madeira, povoação antiga, situada sete quilômetros rio acima, defronte da cachoeira de onde tirou o seu nome. Até a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré era essa a localidade de descanso de pessoas e transbordo dos navios a vapor para embarcações menores que navegavam pelo rio Madeira. À medida que Porto Velho crescia, fez desaparecer Santo Antônio do Rio Madeira.

trabalho como tema a imprensa em Porto Velho nas décadas de 1920 e 1930, entre muitas formas de estudar as mulheres, os estudos foram concentrados em analisar a representação feminina no discurso político do jornal *Alto Madeira*. A intenção é compreender qual o lugar social e político que o periódico buscou impor às mulheres portovelhenses.

E para, além disso, compreender como a representação feminina do jornal corroborou para a disseminação de valores morais, sociais e políticos para a sociedade portovelhense do período, prescrevendo condutas comportamentais às mulheres. Buscaremos também compreender como o jornal se posicionou em relação ao crescente processo de reivindicações de direitos sociais e inserção profissional das mulheres, protagonizado pelo movimento feminista nas décadas em estudo.

Trabalharemos com a hipótese dos argumentos morais, religiosos e nacionalistas utilizados pelo jornal *Alto Madeira* estarem alinhados com a conjuntura dos acontecimentos políticos e sociais do período. Período esse no qual estava sendo gestado um regime autoritário que teve seu ápice a partir de 1937 com a instituição do Estado Novo de Getúlio Vargas. Buscaremos compreender como o jornal no contexto de redefinição da condição social das mulheres nas décadas de 1920 e 1930, em que se evidencia a luta por direitos sociais e a inserção no espaço público e profissional, postulava o seu discurso político. E se esse discurso representava uma reação a este processo de questionamento da atuação restrita das mulheres ao espaço privado da família, reforçado pela condição de mãe, filha e esposa.

Procuraremos compreender se o discurso político que o jornal realizou em defesa da família tradicional patriarcal, que consiste em justificar de forma supostamente harmoniosa, o comando masculino e a submissão feminina era uma reação as reivindicações feministas de conquistar o espaço público. O presente trabalho analisará se o jornal *Alto Madeira* passou de um discurso machista difuso na década de 1920, para um discurso na década de 1930 em ampla defesa de posições machistas com críticas e distorções ao movimento feminista: ao postular em defesa da família tradicional, ao mesmo tempo que produziu um discurso que colocava a mulher em condição de submissão ao homem.

Buscando a compreensão do exposto acima, o presente trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo, *As décadas de 1920 e 1930 e a Questão Feminina: avanços e recuos na luta por direitos e protagonismo feminino*, formula uma discussão conjuntural objetivando apresentar a luta histórica travada pelas mulheres em busca de seus direitos sociais e políticos no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Seus recuos e

avanços e como essa luta foi combatida por um movimento conservador que se opunha aos avanços das pautas feministas, pautas essas que buscavam a emancipação social e política das mulheres.

O primeiro capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte, *O discurso oficial sobre a Questão feminina: a missão da mulher com a pátria e a família*, discutirá qual é o discurso oficial e dominante em relação ao papel social e político das mulheres e como foi construída essa posição dominante que defende essa condição feminina no marco do patriarcado e como essa concepção ideológica da condição da mulher é considerada como “natural”. Na segunda parte do primeiro capítulo, *O movimento feminista e a Questão feminina: direitos sociais e protagonismo feminino*, a discussão se concentrará em questionar o patriarcado através de movimentos organizados de mulheres que buscavam conquistar espaços de representação política para a reivindicação de pautas que postulavam que o lugar das mulheres não se restringia apenas ao privado.

O segundo capítulo, *A representação feminina no jornal “Alto Madeira” (1920-1930): o discurso político em defesa do patriarcado*, busca a análise dos dados coletados. O segundo capítulo está dividido em três partes. A primeira, *Um manual da conduta feminina: a centralidade do espaço privado*, analisará o discurso do jornal *Alto Madeira* para a restrição das mulheres ao espaço público. A segunda parte deste capítulo, *A mulher devota e patriota: a religião e o nacionalismo em questão*, demonstrará por meio de um apanhado de notícias como o jornal *Alto Madeira* reforçava a condição da mulher patriota e a busca do progresso dentro da ordem social e política, e isso se estendia, é claro, para a ordem familiar.

Por fim, a terceira e última parte do segundo capítulo, *A moral e os bons costumes: o controle do corpo das mulheres*, analisará de que forma o jornal *Alto Madeira*, ancorado em argumentos morais e religiosos buscou o controle sobre os corpos, sobre o comportamento e sobre a vida das mulheres portovelhenses.

CAPÍTULO 1 – AS DÉCADAS DE 1920 E 1930 E A QUESTÃO FEMININA: AVANÇOS E RECUOS POR DIREITOS E PROTAGONISMO FEMININO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a luta histórica travada pelas mulheres em busca de seus direitos sociais e políticos no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Discutirá os avanços e recuos das pautas feministas para a emancipação das mulheres e como se deu a reação de grupos conservadores que não aceitavam as conquistas femininas, e até que ponto esse movimento conservador estava alinhado a ideais nacionalistas do governo de Getúlio Vargas.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira parte, *O discurso hegemônico sobre a Questão feminina: a missão da mulher com a pátria e a família*, analisará o discurso hegemônico e oficial em relação ao papel social e político das mulheres e como foi construída essa posição dominante que defende essa condição feminina no marco do patriarcado e como essa concepção ideológica da condição da mulher é considerada como “natural”. Discutiremos nessa primeira parte do capítulo, qual era o papel atribuído às mulheres brasileiras nas décadas de 1920 e 1930.

Na segunda parte do primeiro capítulo, *O movimento feminista e a Questão feminina: direitos sociais e protagonismo feminino*, a discussão estará concentrada em questionar o patriarcado através de movimentos organizados de mulheres que buscavam conquistar espaços de representação política para as reivindicações de pautas que postulavam que o lugar das mulheres não se restringia apenas ao privado, mas também ao espaço público. No período em análise a grande pauta feminista foi o sufrágio, a escolarização e o direito das mulheres ao mercado de trabalho.

1.1 O DISCURSO HEGEMÔNICO SOBRE A QUESTÃO FEMININA: A MISSÃO DA MULHER COM A PÁTRIA E A FAMÍLIA

A década de 1920 foi marcada por importantes avanços para as mulheres. O contato da mulher com o mundo exterior foi em grande parte por meio do consumo de bens culturais, em especial literatura, imprensa, cinema, teatro, esporte, etc. O cinema, o teatro, os chás, os parques tornaram-se espaços onde era possível ver mulheres com os seus cabelos mais curtos conforme o ditame da moda do período e vestidos com mangas cada vez menores e decotes mais profundos. Aliás, a moda foi uma importante aliada das mulheres na busca de sua emancipação. Foi através da moda que muitas mulheres

encontraram brechas para se expressarem e transgredirem as normas estabelecidas. (Cavalcanti; Castro, 2022).

De acordo com CAVALCANTI, Natalia e CASTRO, Raimundo em seu artigo *Mulheres na década de 1920: aproximação entre Belém e Recife*, o cabelo curto *a la garçonne* foi fonte de inúmeros debates, pois grupos conservadores não conseguiam encontrar lógica nos cabelos mais curtos, pois isto faria com que a mulher perdesse a marca de sua feminilidade, caracterizada nos cabelos longos caindo por seus ombros e costas. E, além disso, cabelos curtos, segundo a representação social do período, era característica fenotípica masculina; logo, a mulher não poderia apresentar características físicas que se assemelhasse ao gênero oposto, pois a mulher era um complemento do homem no seu oposto.

Se assemelhar ao homem tinha um valor simbólico de busca pelo poder atribuído ao homem, e tudo que alas conservadores dessa sociedade patriarcal não queriam era disputar o poder com aquela que era considerada frágil e dependente da figura masculina. O fato é que a moda propagada pelo cinema, ora elogiada, ora criticada pela imprensa, ganhava cada vez mais adeptas entre as mulheres nos grandes centros urbanos do Brasil. Contrastava valores de uma sociedade moderna com uma sociedade tradicional (Cavalcanti; Castro, 2022).

Com o crescimento das cidades, os papéis atribuídos a homens e mulheres passam por transformações nos anos de 1920, ganhando novos contornos, provocando rachaduras nos espaços atribuídos a homens e mulheres, público e privados respectivamente. A mulher permanecer apenas no lar, para muitas, começa a ser pensando como escolha, não mais como uma atribuição “natural” da condição de mulher. Há, portanto, uma quebra na hierarquia entre o espaço público e o espaço privado (Cavacanti; Castro, 2022).

As mulheres gradativamente vão ocupando lugares até então exclusivamente de homens. Nos anos de 1920 mulheres ganham os espaços públicos, são vistas desacompanhadas de figuras masculinas fazendo compras, em passeios públicos, alterando assim o *status quo*. É nesse período que começou a ser debatido no Brasil por um grupo maior de mulheres a igualdade de gênero. No entanto, todo o movimento de mudança de padrões e costumes é rechaçado por um forte movimento conservador. As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por esse movimento conservador que buscava manter as mulheres no recôndito do lar (Cavalcanti; Castro, 2022).

Segundo MALUF, Maria e MOTT, Maria Lúcia, no texto *Recônditos do mundo feminino*, a busca das mulheres pelo seu lugar no cenário social, econômico e político nas três primeiras décadas do século XX gerou uma forte reação nas alas conservadoras da sociedade que se mostravam perplexas e reativas às conquistas femininas e aos comportamentos que rompiam com as normas estabelecidas as mulheres. O espaço público, reservado sacramentalmente aos homens, passa a ser disputado também pelas mulheres.

É importante ressaltar que estamos tratando de mulheres brancas e de classe mais abastadas, pois mulheres pobres e, em especial, mulheres negras já compunham a paisagem dos espaços públicos nas ruas dos grandes centros urbanos. Às mulheres brancas era restrito o espaço público, bem como o exercício de atividades profissionais. Enquanto que às mulheres negras, o público e a atividade profissional sempre foram espaços por excelência seus, herança do passado escravocrata (Maluf; Mott, 1998).

CALONI, Karla, teoriza em seu artigo *Rosalina e Helena: o corpo da mulher branca e emancipada no Rio de Janeiro da década de 1920 pelas lentes da literatura de Benjamin Costallat*, que a década de 1920 foi um período de grandes transformações. O mundo saía do pós-guerra, episódio sangrento que provocou um enorme abalo nas estruturas sociais, políticas e econômicas nos países ocidentais. O mundo foi sacolejado, ocorriam significativas transformações nas relações de gênero. As mulheres começaram a desempenhar novos papéis, a ocupar espaços públicos e ir a busca de sua autonomia. Ao mesmo tempo surgiam movimentos conservadores, de cunho autoritário, *que articulavam projetos de modernidades alternativas de organização do Estado e da sociedade*, e que buscavam manter as mulheres desempenhando somente o seu papel de esposa, mãe e dona de casa (Carlioni, 2021, p. 26).

Quando as mulheres buscaram romper com o ideal imposto a elas, quando elas simplesmente se negam a serem *o espelho que legitima as virtudes do sexo oposto*, assumindo assim sua próprias existências, seu protagonismo, partindo do espaço privado para transitar no público, e no público tomam atitudes que socialmente e sexualmente eram só atribuídas aos homens, provocam uma enorme reação das instituições conservadoras que veem nas atitudes da mulher o declínio dos valores morais e da ordem familiar. De acordo com alas conservadoras do período, a decadência da mulher, que se caracterizava pelo o esvaziamento de suas atribuições “naturais”, seria a decadência da sociedade. A mulher seria “a principal responsável pela degradação e pela desintegração

dos valores e costumes de uma sociedade idealizada em vias de desaparecimento e pelos sentimentos de mal-estar e perda”. (Carloni, 2021, p. 28).

Durante muito tempo as mulheres só eram reconhecidas no universo masculino pelos seus “encantos”. Para, além disso, o interesse não existia. E “encantos” não estavam estritamente ligados a sua beleza, mas a sua conduta e submissão aos padrões comportamentais atribuídos a elas. Padrões esses que colocavam as mulheres longe do espaço público, assumindo assim um papel social restrito, ancorado no tripé *mãe-esposadona de casa*.

Na busca de reivindicações que gerariam a sua emancipação, em geral nas cidades, onde as mulheres ganhavam ares mais cosmopolita e metropolitano, e onde as mudanças no comportamento feminino e da sociedade estavam em verdadeiro processo de ebulição, fazia crescer um movimento conservador que buscava manter o *status quo*. As mulheres em busca de sua emancipação provocavam uma ameaça à ordem familiar, e em consequência à própria nação, e era a família a “única instituição social capaz de reprimir as intimidadoras vagas da modernidade”. (Maluf; Mott, 1998, p. 372).

A medida que as mulheres conquistavam espaços para além do doméstico, como passeios, chás, e toda e qualquer atividade que dizia respeito a sua vontade e ao seu bem estar, essa busca por autonomia era considerada como banalidade e negligência de suas atribuições “naturais”, que era a de cuidar do lar, dos filhos e do marido. O sentido da existência das mulheres estava em gerar filhos, cuidar desses filhos, da casa e do marido – essas eram suas atribuições “naturais”. Os jornais denunciavam essa “negligência”, como “egoísmo” e o abandono da mulher daquilo que “naturalmente” era sua atribuição. Esses utilizavam suas páginas para convencer os leitores que era urgente e necessário o retorno dessas mulheres para a cozinha, pois era esse o espaço que os conservadores atribuíam como legítimo a elas – o fogão, o tanque, o lar. Tudo, além disso, era considerado imoral, antinatural e tinha que ser combatido (Maluf; Mott, 1998).

De acordo com Maluf e Mott (1998), na década de 1920, houve a difusão de discursos e representações que buscavam circunscrever o espaço privado e as atividades de cuidado como legitimamente femininas:

O dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século, foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos, ao mesmo tempo que cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais. ‘A mulher que é, em

tudo, o contrário do homem’, foi o bordão que sintetizou o pensamento de uma época intranquila e por isso ágil na construção e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte ao ‘recôndito do lar’ e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-la no papel da ‘rainha do lar’, sustentada pelo tripé mãe-esposa-dona de casa. (Maluf; Mott, 1998, p. 373).

O discurso postulava que mulheres eram naturalmente dotadas de atribuições que estavam vinculadas a esfera da vida privada. Seu lugar, portanto, era o lar: “Sua função era casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã” (Maluf; Mott, 1998, p. 374). Ao homem cabia o lugar do externo, do público, do trabalho. À mulher cabia o espaço da casa, do lar, do ambiente privado. E isso era o que postulava a sociedade como papéis estabelecidos “naturalmente” a homens e mulheres.

Em termos de ideais, a masculinidade era associada à força, à racionalidade e à coragem, enquanto eram consideradas características femininas o instinto maternal, a fragilidade e a dependência. A única realização possível para homens e mulheres consistia em exercer os papéis acima descritos. Qualquer norma social corrompida gerava uma reação e insatisfação de segmentos conservadores da sociedade.

O espaço público, a rua, era o lugar dos perigos e tentações, que só homens, considerados “sexo forte”, saberiam se defender de tais perigos. As mulheres seriam presas fáceis aos perigos da rua. Trabalhar fora seria danoso para mulheres, pois as colocariam expostas a toda sorte de perigos aos quais estariam vulneráveis, colocando em risco a própria ordem e integração social.

Se homens eram adjetivados como “sexo forte”, por sua vez, as mulheres que era em tudo idealizadas como o oposto dos homens, seriam nessa concepção adjetivadas como “sexo frágil” (Cavalcanti; Castro, 2021). Daí a necessidade de mantê-las sob a tutela daqueles que se autodeterminam como o “forte”. Essa construção ideológica foi/é tão eficiente que dominou/domina, inclusive, as mentalidades femininas. Assim, mulheres passam a se ver sob esse prisma de fragilidade. E é aí que esse discurso encontra força e eco. De acordo com Maluf; Mott (1998), o ideário *mãe-esposa-dona de casa* era o ideal de mulher disseminado pela igreja, por médicos, pelos juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa, que, aliás, se revelou implacável com a emancipação feminina. Para essas instituições o valor das mulheres estava em articular bem esse ideal *mãe-esposa-dona de casa*.

Qualquer atitude que subvertesse essa norma era considerada imoral, antinatural e até ilegal. Carloni (2021) também teoriza que a igreja, a justiça (Estado), a polícia

(Estado), a medicina e a imprensa seriam instituições normatizadoras de condutas e de corpos, isto é, seriam as responsáveis de normatizar as condutas “naturalmente” atribuídas a homens e mulheres. A igreja, segundo Maluf e Mott (1998), postulava que o papel das mulheres era o cuidado ao lar, aos filhos e ao marido, que fora do casal não existiria salvação possível e que o casamento representava uma etapa superior das relações amorosas, o melhor remédio para o corpo e alma, e assim se constituía em uma das maiores fontes de “estabilidade social”, logo era urgente divulgá-lo (o casamento) e transformá-lo numa necessidade.

A igreja buscava disciplinar os corpos para o sexo dentro do casamento, pois era só aí que era permitido o coito, era o lugar onde as relações sexuais eram legítimas, classificadas como descentes e higiênicas. Logo,

o amor ao próximo, à família, à pátria, à humanidade, ensinados pela igreja são espécies de metamorfoses ou sublimações do amor inicialmente sexual, isto é, a domesticação das paixões e dos desejos pecaminosos, a domesticação dos corpos (Maluf; Mott, 1998, p. 386).

Domesticar os corpos implicava em estabelecer condutas e determinar o lugar social atribuído a homens e mulheres. Para a igreja, o papel social das mulheres era restrito aos cuidados da casa, do marido e dos filhos, e aos homens era atribuído o papel de cabeça da família, o que guia e prover, assim como Cristo era a cabeça da igreja, de acordo com a doutrina católica.

A justiça, de acordo com Carloni (2021), era responsável em fazer valer as leis que garantiriam a ordem social. Leis essas pautadas em atribuir uma identidade social as mulheres. Segundo Maluf; Mott (1998), o Código Civil de 1916 colocava as mulheres em plena submissão ao marido. Ao marido, cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado.

A justiça concebida a mulher como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor da ação. Ao marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava a identidade social como esposa e mãe. A ele, a identidade pública; a ela, a doméstica. A polícia, segundo Carolini (2021), seria o agente repressor de qualquer transgressão das condutas que eram estipuladas a cada gênero. Na década de 1920 era considerado crime previsto em lei a ofensa aos bons costumes.

Assim sendo, violações das convenções sociais poderiam ser caracterizadas

como atos criminosos. Da medicina também vinham tentativas de controle do corpo feminino. De acordo com o discurso médico-sanitarista do Brasil, desde meados do século XIX a mulher era caracterizada a partir do seu útero e ovários. A esses dois órgãos eram atribuídos o humor, algumas doenças e o comportamento das mulheres. E eram eles, o útero e ovários, que definiam o principal papel social da mulher na sociedade: o de reprodutora. De acordo com a medicina, por sua natureza frágil, cabia a mulher o âmbito da vida privada, longe dos perigos que a sociedade moderna impunha, e assim estarem aptas a gerarem filhos saudáveis (Carlioni, 2021).

Segundo SILVA, Laua dos Santos (2021), em seu texto *O nosso feminismo e a arte de ensinar crianças*, de acordo com a construção médico-sanitarista das primeiras décadas do século XX, a mulher seria um ser “naturalmente frágil, inferior aos homens, afeita ao amor e portadora de virtudes como a sensibilidade, a doçura e a indulgência, o recato e a submissão”(p. 61). Dessa forma, a medicina/biologia determinou ideologicamente características comportamentais atribuídas às mulheres e o espaço que deveriam ocupar. De acordo com esse discurso, por serem (as mulheres) “naturalmente” submissas, o espaço que deveriam ocupar seria o determinado pelo patriarcado.

A imprensa tinha a função de informar e disseminar em seus editoriais quais seriam as condutas socialmente aceitas a cada gênero. O jornal agia como uma espécie de agente solidificador de mecanismos de controle sobre o corpo e comportamento das mulheres. Todo esse controle sobre os corpos femininos buscava a subordinação social desse grupo. A imprensa funcionava como o agente de propagação dos valores socialmente aceitos às mulheres (Carlioni, 2021). Em nome da salvaguarda da família, a igreja, a justiça (Estado), a polícia (Estado), a medicina e a imprensa se viam a vontade de condenar todo e qualquer desvio de normas. Normas essas que foram ideologicamente elaboradas exatamente por essas instituições.

De acordo com Maluf e Mott (1998), uma das formas de estabelecer o papel que mulheres e homens devem desempenhar é ideologicamente. E de acordo com a ideologia hegemônica do período, a homens e mulheres foram dados “papéis complementares”, mas jamais igualdade de direitos. O valor das mulheres nesses papéis complementares estava sempre voltado ao âmbito doméstico. Sua utilidade social era de cuidadora do lar, a defensora dos valores conservadores estabelecidos, e a que iria difundir através de seus cuidados a prole os valores ideológicos atribuídos a mulheres e homens, para assim a família permanecer como a estrutura conservadora fundamental da nação e só assim seria estabelecida a ordem e a integração social.

O Brasil nas primeiras décadas do século XX passava por grande agitação, marcado por transformações sociais, econômicas, de mentalidades e uma enorme crise política. Para grupos conservadores o Brasil estava vivendo uma conjuntura de desordem e desintegração social. Os conservadores olhavam para os desafios de uma República recente, e buscavam encontrar explicações para este momento de grandes mudanças com um olhar voltado em grande parte para questões morais, sem levar em conta as mudanças provocadas em um mundo pós-Primeira Guerra Mundial.

No terreno político, marcado por uma enorme crise, surgiam críticas ao sistema eleitoral. RESENDE, Maria Efigênea Lage de (2003), no texto *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*, explica que a expressão *liberalismo oligárquico*, frequentemente utilizado para denominar os primeiros quarenta anos de República, implica em um sistema que tem em sua base a dominação de uma minoria sobre uma maioria no processo de participação política. Processo esse baseado no poder dos coronéis e das oligarquias.

Com a instituição do federalismo na Constituição de 1891, foi atribuído aos estados e aos municípios um enorme poder. E os coronéis – latifundiários que assumem a chefia política municipal – são os alicerces necessários para o “aperfeiçoamento e manutenção do poder”. Na esfera municipal cabia aos coronéis a mobilização política, enquanto as esferas estaduais e federais eram responsabilidade das oligarquias (Resende, 2003).

A crise política se concentrava na crítica ao processo eleitoral, que era um grande arranjo dos poderes municipal, estadual e federal, caracterizado por uma enorme corrupção, que buscava eleger por meio de fraudes e currais eleitorais os candidatos que atendessem os interesses das oligarquias hegemônicas, em especial, as de São Paulo e Minas Gerais. A não participação na representação política a nível federal por outras oligarquias assim como a não manutenção desse pacto São Paulo x Minas Gerais gerou enormes críticas ao sistema eleitoral de alas diversas da sociedade brasileira (Pinsk, 2013, p. 108).

Na esfera econômica, aumentava as críticas aos grupos hegemônicos. Essas críticas estavam endereçadas aos privilégios que eram concedidos aos grandes proprietários de terras, em especial aos cafeicultores, em detrimento de outras atividades econômicas, sobretudo a industrial (Pinsk, 2013, p. 108).

No terreno das ideias, surgem contestações contra preconceitos raciais; contra a inferiorização de manifestações culturais populares, a exemplo do samba, que era visto como símbolo de atraso; e contestações contra visões que manifestavam a inferioridade física e intelectual das mulheres (Pinsky, 2013, p. 108).

Em uma sociedade conservadora e patriarcal, que buscava compreender as mudanças partindo de uma perspectiva moral, era necessário eleger um culpado por todo esse turbilhão de mudanças. E o comportamento das mulheres, visto com transgressor por grupos conservadores, foi apontado como uma das causas por toda essa crise que estava transformando o Brasil, pois ao reivindicar por direitos iguais e por sua emancipação, as mulheres transgrediram normas de condutas determinadas ideologicamente à elas (Carloni, 2021).

Em busca de sua emancipação, as mulheres denunciaram todo o arcabouço ideológico patriarcal que as colocavam em submissão aos homens e assim buscaram escrever uma nova história, colocando-se como protagonistas de suas histórias e senhoras de suas vidas, de seus corpos e de suas atribuições, não se calando para as convenções que durante décadas buscou com êxito silenciá-las. E é claro que esse brado das mulheres em busca de um lugar social semelhante ao dos homens provocou um movimento conservador que buscava mantê-las estritamente em suas atribuições domésticas.

Mulher, maternidade e nação viraram uma tríade, e qualquer comportamento de transgressão a essa tríade resultaria em desalinhamento das futuras gerações e colocaria o projeto de nação de grupos conservadores em risco (Carloni, 2021, p. 23). Conforme Carloni:

Os prazeres da modernidade, como a dança, a música, o cinema, o bar, o teatro e o cabaré, esse último o mais nefasto de todos, eram entendidos como estimuladores do apetite sexual. Portanto eram responsáveis pela degeneração do comportamento feminino e, pior, pelo perigo de produzir uma geração de crianças deformadas que comprometeriam o futuro do país (Carloni, 2021, p. 23).

A mulher tinha uma missão moralizadora e pedagógica, sua função social era constituir família, gerar filhos e educá-los para ser o futuro da nação, mantendo o estado das coisas tal qual era idealizado por grupos conservadores. No período entre guerras estabeleceu-se uma crise de consciência. O temor tomou conta do mundo, seja por um novo conflito, seja pela eclosão de revoluções socialistas, como a que ocorreu na Rússia. Assim, em diferentes partes do mundo buscou-se combater esse temor por meio do

controle social, que buscava estabelecer um Estado forte e controlador, que tinha em seu comando um líder carismático, responsável em conduzir os cidadãos para a ordem e o progresso. E foi nessa conjuntura que regimes como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o franquismo na Espanha e o salazarismo em Portugal emergem. Na Itália e na Alemanha os líderes Mussolini e Hitler encontraram terreno fértil para suas ideologias. E esse sucesso “serviu de inspiração para reformas políticas em alguns países latino-americanos: Brasil e Argentina, especialmente” (Capelato, 2019, p. 109).

De acordo com CAPELATO, Maria Helena, no texto *O Estado Novo: o que trouxe de novo?*, embora o governo em sua retórica afirmasse que o Estado Novo nada tinha de proximidade com regimes fascistas, que negasse qualquer semelhança, na prática era observado o contrário, pois compartilhava muitos ideais postos em prática nesses regimes: “legislação social, propaganda política, representação corporativista, e até mesmo o antissemitismo se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração” (Capelato, 2019, p. 135).

No recorte temporal da pesquisa, observa-se que os primeiros sete anos da década de 1930 foram marcados por indefinições, com inúmeros projetos e propostas postos em pauta com a mobilização da sociedade em torno deles. Havia um enorme campo de possibilidades e já estava nascendo os primeiros embriões que buscavam estabelecer um Estado centralizador, que buscava o progresso dentro da ordem, e para a contenção da ordem buscou inspiração em regimes europeus fascistas. (Capelato, 2019).

Segundo Capelato (2019), pode-se destacar ainda como inspiração fascista no Estado Novo:

- . A crítica a liberal democracia;
- . A busca por uma identidade nacional coletiva;
- . A sacralização da política por meio da atuação da Igreja Católica;
- . A racionalização do mundo do trabalho (a legislação trabalhista buscava minimizar os conflitos entre patrões e operários);
- . Controle social – para a manutenção da ordem era necessário acabar com a subversão e os opositores. Eram considerados subversivos: os comunistas, socialistas e anarquistas. Como opositores podemos destacar os integralistas. Segundo Capelato (2019, p. 131-132), embora o Estado Novo apresentasse forte inspiração fascista, os

camisas-verdes compunham um partido político que almejava ascender ao poder, e assim sendo, tratava-se de uma ameaça a Getúlio Vargas. Subversivos e opositores perdiam sua liberdade política, sofriam censura, muitos foram presos, torturados e até mesmo exilados;

Uso da propaganda política como arma disseminadora dos seus ideais, para assim criar um imaginário social de adesão ao seu projeto de nação, pois segundo a lógica varguista inspirada em regimes nazifascistas, era necessário criar uma identidade nacional coletiva (para esse fim criou o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP);

A educação – que era utilizada como instrumento de disseminação dos ideais do governo, no ensino às crianças. Era oferecido, dentre muitos instrumentos, o *Catecismo Cívico do Brasil*;

A proibição ou valorização de produtos culturais também aproximou o Estado Novo com regimes nazifascistas. Os representantes do regime intervinham na produção cultural, pois a cultura era compreendida como um importante suporte político, logo, cultura, política e propaganda se mesclavam. Segundo MACHADO, Vitória de Almeida, no texto “*Em cada peito da mulher brasileira está uma chama de veemente patriotismo*”: a revista *Jornal das Moças e o Estado Novo varguista*, o regime de Vargas, por seu caráter autoritário e inspirado por regimes nazifascistas, atuava para além da esfera pública, para além da esfera política e econômica, agia também no espaço privado, ditando normas de comportamento moral para mulheres e homens.

As mínimas conquistas das mulheres da década de 1920 sofreram um esfacelamento com as políticas de Vargas. Para o governo conservador e autoritário varguista, a mulher tinha a atribuição de zelar pelo “governo doméstico” e pela “assistência moral à família” (Machado, 2021, p. 276). O lugar por excelência da mulher era o privado. Enquanto cidadã, sua atuação só era legítima nesse espaço. E era no lar que a contribuição das mulheres para a formação da nação varguista se dava. No espaço público sua presença estava sempre atrelada a uma figura masculina, seja pai, irmão ou cônjuge. E seu papel era sempre coadjuvante. A construção da família tradicional brasileira era entendida nessa perspectiva (Machado, 2021).

O projeto de nação de Vargas que atravessava a esfera do público para o privado determinou às mulheres o papel único e exclusivo de servir às suas famílias. Esse papel designado às mulheres conferia a elas a incumbência de servir a nação por meio da

educação da prole para a formação de cidadãos dóceis e obedientes³. O importante era manter as mulheres a tal ponto ocupadas com os afazeres domésticos a assim mantê-las distantes de contextos políticos e econômicos.

Conforme Machado (2021),

enquanto mãe, esposa e educadora, as suas funções passaram a ficar, cada vez mais, distantes das atividades masculinas. O discurso autoritário e conservador só reforçava a ideologia dominante em que a mulher ideal era a mãe beatificada, esposa dócil e filha obediente. (Machado, 2021, p. 275).

Buscando retirar as mulheres da esfera pública, o Estado varguista adotou medidas restritivas de admissão de mulheres em empregos públicos e privados. Só era permitido admissão de mulheres em empregos “próprios da natureza feminina e dentro dos estritos limites de convivência familiar” (Machado, 2021, p. 282). Era uma das muitas estratégias que buscava a perpetuação do caráter conservador do espaço que cabia às mulheres ocupar.

Segundo PINSKY, Carla Bassanezi, no texto *Imagem e Representações: a era dos modelos rígidos*, o Estado varguista legitimava a hierarquia entre homens e mulheres. Propagou o valor da família e a construção de uma unidade da nação em torno da família. Atrelou o valor dado à honra familiar e ao respeito hierárquico – o pai era o chefe hierárquico da família – para a “honra nacional”. Assim como a esposa e filhos honram o pai, o cidadão deve honrar o qual se configurava como chefe da nação, o “pai dos pobres” (Pinsky, 2013).

No intuito de estabelecer a manutenção da ordem e da unidade em um momento de grandes transformações políticas e econômicas, o estado varguista postulava o papel centralizador na figura do “pai dos pobres”, hierarquicamente, o qual conduziria a nação, tal qual o esposo conduzia a família (Pinsky, 2013).

Era difundida a ideia que o progresso da nação e a força do Estado eram responsabilidades também das mães, pois elas eram as responsáveis na formação moral das novas gerações, incutindo-lhes virtudes cívicas. Essa atribuição as mulheres na retórica da “mãe-cívica” foi geradora de políticas educacionais para a escolarização de meninas. Esse projeto de educação para meninas buscava forjar o sentimento de pertencimento ao projeto de nação varguista. O objetivo da “mãe- cívica” era o de

³ Mulheres como educadoras para a construção de uma nação forte e coesa, com o espaço privado como seu por excelência não foi um especificidade do varguismo. Uma sociedade patriarcal é pautada nesse construto.

“garantir a saúde física, intelectual e moral dos futuros cidadãos” (Pinsky, 2013, p. 238).

Esta seção trouxe a discussão teórica da construção ideológica alicerçada em valores religiosos e morais, inspirados em regimes autoritários para o estabelecimento de um Estado forte, tendo nas mulheres um dos agentes responsáveis para a construção de uma nova nação. O Estado (justiça), a igreja, a medicina e a imprensa buscaram atribuir ideologicamente um valor hierárquico inferior para as mulheres, incutindo nas mentalidades que a única forma de ser da mulher era atendendo as demandas estabelecidas a elas por instituições que viam na emancipação feminina um perigo a moralidade.

1.2 O MOVIMENTO FEMINISTA E A QUESTÃO FEMININA: DIREITOS SOCIAIS E PROTAGONISMO FEMININO

De acordo com Cardoso (2014), o feminismo no Brasil tornou-se um movimento organizado com a criação, na cidade do Rio de Janeiro, em 1919, por Bertha Lutz e um grupo de mulheres, da *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher* (LEIM). Bertha Lutz organizou uma associação que reunia mulheres dispostas a estudar o movimento feminista e lutar por seus direitos. Participou da fundação da LEIM nomes como: Maria Lacerda de Moura, professora; Júlia Lopes de Almeida, escritora; Isabel Imbassahy Chermont; Stella Guerra Duval e Jeronima Mesquita, fundadoras do Pró-Matre (Karawejczyk, 2018).

Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) foi grande liderança do movimento feminista no Brasil, incansável na luta pelos direitos políticos e sociais das mulheres. No ano de 1918 graduou-se em biologia pela Faculdade de Ciências, da Universidade de Paris. No mesmo ano é admitida no Instituto Oswaldo Cruz como tradutora de inglês, francês e alemão. Ficou no Instituto até assumir, em setembro de 1919, o cargo de secretária do Museu Nacional (Karawejczyk, 2018).

Karawejczyk (2018) aborda que a LEIM nesse primeiro momento se tratava de um grupo pequeno de mulheres que pertenciam a famílias ilustres, logo eram esposas, filhas ou amigas de homens que tinham acesso aos centros de poder, o que em alguma medida viabilizou o acesso dessas mulheres com pessoas que podiam ouvir e encaminhar suas demandas. No entanto, se em sua origem era um grupo de mulheres oriundas da elite econômica ou intelectual, logo se juntou ao movimento mulheres de outras classes sociais.

A LEIM era composta por advogadas, médicas, costureiras, datilógrafas,

empregadas do comércio, confeitadeiras, estudantes, escritoras, funcionárias públicas, professoras, modistas, professoras de piano e donas de casa. Segundo Teles (1993) a LEIM tratava-se de um grupo de estudos que tinha como objetivo discutir a igualdade política das mulheres.

De acordo com Cardoso (2014) a LEIM tinha como principal bandeira de atuação a busca pela participação das mulheres na esfera pública e o reconhecimento e legitimidade de seus direitos. Três palavras-chave era a bússola na busca desses direitos: educação-emprego-sufrágio.

A *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher* tornava público suas demandas: com publicações em periódicos, proximidade a candidatos que apoiavam o sufrágio feminino, como Nilo Peçanha e J.J. Seabra, que no pleito de 1921 eram candidatos a presidência e vice-presidência, respectivamente. Outra estratégia da presidente da entidade, Bertha Lutz, de dar visibilidade as suas demandas era promover o diálogo e associar a *Liga* a grupos femininos internacionais que estavam na mesma luta pela emancipação feminina (Karawejczyk, 2018).

Dessa aproximação com grupos feministas internacionais, em 1922, na cidade de Baltimore, nos Estados Unidos, a LEIM participou da *Conferência Pan-Americana de Mulheres*. A participação da *Liga* nesse evento, trouxe novos ares para o movimento feminista no Brasil, como o vínculo do grupo de Lutz ao movimento feminista estadunidense, pois até a participação na *Conferência* o vínculo era com o feminismo europeu (Karawejczyk, 2018).

Na *Conferência Pan-Americana de Mulheres* foi fundada a *Associação Pan-Americana de Mulheres*, onde Bertha Lutz foi convidada para assumir a vice-presidência e Carrie Catt a presidência. A Associação foi renomeada em 1925 para *União Interamericana de mulheres*, e como presidente eleita, Bertha Lutz.

As representantes latino-americanas na *Conferência* de 1922 se comprometeram em fundar em seus países de origem uma filial inspirada no feminismo estadunidense, com subdivisões estaduais. Esses espaços promoveriam a luta pelo direito a educação de qualidade para as mulheres, demandar ao legislativo medidas de proteção às mulheres, a luta pelo sufrágio feminino e a aproximação de todas as mulheres da América (Karawejczyk, 2018).

Ainda na *Conferência* Bertha apresentou a *Liga pela Emancipação Intelectual das Mulheres* como a filial brasileira da *Associação Pan-americana*. E em nove de agosto

de 1922 a *Liga* é adequada de acordo com sua nova posição e passa a se chamar *Liga Brasileira para o Progresso da Mulher*. Um novo estatuto foi constituído, ainda nos Estados Unidos, com uma profícua troca de experiência com Carrie Catt. Como esse novo estatuto, a ação do feminismo no Brasil sob a atuação da *Liga* estaria pautada na: busca de direitos políticos e civis de mulheres; promoção

da educação; proteção das mães; proteção da infância; regulamentação do trabalho feminino; orientação para profissões; e a promoção da paz mundial (Karawejczyk, 2018).

Rapidamente Bertha consegue expandir o campo de ação da *Liga*, com a fundação de várias filiais no Brasil. Ainda em 1922 foi inaugurada a *Liga* do Distrito Federal, a *Liga* do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói, a *Liga* de São Paulo e a de Belo Horizonte. Em dezembro do mesmo ano aconteceu o primeiro congresso brasileiro da entidade, na cidade do Rio de Janeiro. A *Liga* durante o congresso foi rebatizada e passou a se chamar *Federação das Ligas pelo Progresso Feminino*. Em 1924 o nome foi simplificado para *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF) (Karawejczyk, 2018).

As reivindicações femininas nesse primeiro congresso brasileiro estavam pautadas no triple educação-trabalho-voto. Durante todo o evento, foi destacado que a organização feminina pela busca de autonomia e garantia dos direitos das mulheres não as deslegitimam de sua atuação no seio familiar, pelo contrário, sua atuação como mães e esposas seria aprimorada. Segundo Karawejczyk (2018), essa afirmação pode ser comprovada pelos temas das palestras, *O papel da mulher na higiene infantil e na saúde pública; O ensino da economia doméstica na Noruega e O papel da mulher na civilização*.

Teles (1993), destaca que,

organizada por Bertha Lutz, a federação tinha por objetivo “promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar as mulheres direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos; estreitar os laços de amizade com os demais países americanos” (Teles, 1993. p. 44).

Os espaços nas primeiras décadas do século XX onde mulheres poderiam se expressar e romper com as normas e comportamentos eram restritos. A FBPF, que reunia mulheres que lutavam pelo direito de transitar pelo espaço público, seja reivindicando o

direito à educação, ao mercado de trabalho e ao direito ao sufrágio, foi um importante espaço que o movimento feminista orquestrou de despertar a consciência e promover a luta pela emancipação das mulheres. A *Federação* reunia mulheres de todo o Brasil que lutavam pelo direito das mulheres, ou que estivessem envolvidas em ação social, ou em obras de caridade. Mulheres organizadas socialmente que buscavam promover a educação de mulheres e elevar seu nível de instrução. Lutavam pela conquista de direitos políticos e civis, buscavam a proteção de mães e filhos, lutavam pela elaboração de garantias legais que oportunizasse o trabalho feminino e pelas condições favoráveis para o engajamento de mulheres em ações sociais e políticas (Cardoso, 2014).

A FBPF, durante os anos de 1920 e início da década de 1930 “passou a agregar diversas organizações femininas – sufragistas, profissionais, cívicas e de caridade” (Cardoso, 2014, p. 2). Mulheres de todos os estados brasileiros aderiram a *Federação*. De acordo com Cardoso (2014), as associadas da FBPF, estrategicamente, se dedicaram a articular, sempre, um intenso debate na imprensa de discussões que tinham no voto feminino sua principal pauta. Provocaram grande agitação, seja através de respostas a imprensa a argumentos antifeministas, seja em suas reuniões públicas, seja por meio de petições ou manifestos. Toda essa agitação permitia que a organização tornasse públicas suas demandas, e assim promoviam o debate com a sociedade.

Promover o debate público era uma escolha estratégica da *Federação*, assim como se aliar a homens proeminentes e que estavam dispostos a lutar, por exemplo, junto ao legislativo para assim apresentarem projetos demandados pela a instituição. Estrategicamente a FBPF utilizava um tom de conciliação e moderação, seja em sua relação com os homens, pois tinham neles grandes aliados que faziam ecoar suas demandas, seja em sua relação com a Igreja Católica, que desferia duras críticas a *Federação*, acusando-a de uma “liga protestante” e “anti-católica”, em virtude da forte influência estadunidense na instituição (Karawejczyk, 2018).

O movimento feminista foi implacável na articulação de alianças junto a parlamentares para a aprovação do direito das mulheres de votar e serem votadas. Discorre Galvão (2016) que a discussão sobre a participação de mulheres no processo eleitoral, tanto como eleitoras como candidatas, já estava presente na primeira Constituinte republicana de 1890/1891. O texto da Constituição de 1891 não proibia o voto feminino, mas dispunha que seriam os *cidadãos maiores de 21 anos* os que teriam direito ao voto. Os constituintes em plenária discorreram sobre o entendimento que a expressão *cidadãos* não incluía as mulheres.

O texto constitucional não negava o voto feminino, mas o papel social atribuído às mulheres o negava. Segundo a decisão de um recurso de alistamento eleitoral de um juiz de São Paulo, em 1922, o juiz negou o alistamento de Diva Nazario², não baseado em um direito constitucional, mas em um “*Direito Consuetudinário*, naturalizando os papéis sociais exercidos por homens e mulheres” (Galvão, 2016, p. 182).

No Rio Grande do Norte, em 1926, a legislação eleitoral estadual foi atualizada após uma brecha deixada pela a Emenda que alterou a Constituição. E a partir da segunda metade da década de 1920, no Rio Grande do Norte, independentemente do gênero, todos os cidadãos que estavam dentro das condições exigidas pela lei poderiam votar. Na cidade de Mossoró, Celina Guimarães Viana, professora da Escola Normal, foi o primeiro alistamento eleitoral feminino do Brasil (Galvão, 2016). No entanto, no pleito federal de 1928, as vinte eleitoras alistadas no Rio Grande do Norte tiveram seus votos considerados inapuráveis, pois, segundo a comissão de verificação responsável em avaliar a legalidade dos votos, se tratava de uma violação dos costumes e da doutrina que considerava inconstitucional o voto feminino (Galvão, 2016).

Mulheres buscavam seu protagonismo, contestavam o espaço doméstico como o atribuído naturalmente a elas. Mobilizavam-se e passavam a ocupar espaços públicos para contestar sua não participação em pleitos eleitorais. Estudantes, professoras, trabalhadoras – principalmente da indústria têxtil – se organizavam para lutar pelo seu direito de votar (Galvão, 2016).

Fruto dessas reivindicações e da atuação da FBPF, as mulheres no Brasil tiveram o direito ao voto concedido (Cardoso, 2014). O sufrágio feminino foi concedido em 1932, através do decreto 21.076 de 24 de fevereiro. Com isso, o governo Vargas estrategicamente buscava conter uma parcela da população que estava causando grande agitação, e com isso por em andamento seu projeto político de centralização do poder, iniciado com o golpe de 1930 (Gregori, 2017).

O artigo constitucional sancionado por Vargas de fato dava as mulheres o direito ao voto. O Artigo 2º do Código de 1932 dispõe: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. No entanto, nos

² Aluna da Faculdade de Direito de São Paulo, que na década de 1920 se destacou pelo seu ativismo do voto feminino, publicando artigos em jornais e uma ação na justiça pelo seu direito de votar.

artigos finais, em suas Disposições Gerais, o Artigo 12, dispõe que “os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral”. O artigo dispõe que homens de 21 a 60 anos têm a obrigatoriedade de votar enquanto às mulheres e homens maiores de 60 anos o voto é voluntário. Houve um avanço, no entanto, o Estado não se permitiu interferir na autoridade dos maridos e/ou pais, a decisão das mulheres votarem ou não estava nas mãos de maridos ou pais, isto é, na figura masculina da família. Eram os homens que tinham a prerrogativa se suas esposas ou filhas iriam sair de casa para votar ou não (Limongi; Oliveira; Schmitt; 2019).

Embora com restrições, houve um avanço no quis diz respeito ao voto feminino, avanço esse que com a advento da nova Constituição de 1934 caminhou um passo para atrás. Limongi; Oliveira; Schmitt (2019) informam que no Código Eleitoral de 1934 o voto feminino voluntário para as mulheres sem renda própria era restrito. Dessa forma, às donas de casa foi negado o direito ao voto. Talvez esse tenha sido um dos motivos das feministas da FBPF cada vez mais demandarem pautas de educação e profissionalização das mulheres.

Se nos anos de 1920 a palavra de ordem para as associadas da FBPF era o sufrágio, na década de 1930 a educação das mulheres foi o debate que concentrou as energias do feminismo organizado no Brasil. Era urgente às mulheres, de acordo com algumas alas do movimento feminista, qualificação profissional, pois assim garantiriam a sua inserção no mercado de trabalho. A emancipação das mulheres passaria necessariamente pela a sua independência financeira (Cardoso, 2014).

No ano de 1931, a *Federação* realizou a segunda convenção internacional, na cidade do Rio de Janeiro. Contou com a participação de oito organizações feministas do Brasil e dezoito estrangeiras. Essa convenção ficou marcada pelas formulações que propunham “mudanças constitucionais e legais, assim como políticas sociais que visavam favorecer o direito das mulheres” (Cardoso, 2014, p. 16).

A convenção chegou a conclusão que o principal problema neste momento para o movimento feminista era a emancipação econômica das mulheres. Buscando alcançá-la, a convenção propôs uma série de medidas: educação profissionalizante pública para mulheres; locais de trabalho em condições adequadas de higiene; garantia de um salário mínimo; mesmo salário para homens e mulheres que desempenham as mesmas funções (uma luta que está sendo travada até os dias atuais); que homens e mulheres gozem dos

mesmos direitos ao ingressar no serviço público; o reconhecimento do valor das atividades econômicas desempenhadas pelas donas-de-casa (Cardoso, 2014).

As mulheres historicamente no Brasil estavam inseridas em ocupações tradicionais que envolviam *servir, cuidar e limpar*. Nas décadas de 1920 e 1930 o mundo do trabalho era marcado por mulheres ocupadas com atividades de *baixo prestígio social* e pela presença masculina em posições estratégicas para o projeto de desenvolvimento econômico. O trabalho reservado às mulheres eram aqueles, em sua maioria, que fossem caracterizados como *extensões dos papéis femininos convencionais*. O que existia era o entendimento que havia ocupações que deveriam ser exercidas exclusivamente por homens e outras exclusivamente por mulheres (Marques, 2016, p. 676-677).

De acordo com Marques (2016), a discussão sobre a condição de trabalho das mulheres deparava em duas questões que faziam parte do debate público nas primeiras décadas do século XX: questionava-se que haveria uma diferença entre as mulheres que trabalhavam por desejo e as que trabalhavam por necessidade.

O trabalho da *mulher-mãe* era duramente criticado durante o debate da Constituinte de 1934 por boa parte dos constituintes. O sufrágio era agora um ponto que poucos divergiam, por se tratar de uma questão superada por muitos, mas o ingresso das mulheres no mercado de trabalho estava sendo amplamente discutido e criticado. Trabalho da *mulher-mãe* era admissível somente por *necessidade imperiosa* (Marques, 2016 p. 677).

Um constituinte em particular foi ávido nas suas críticas a emancipação das mulheres. Tratava-se do deputado catarinense Aarão Rebelo. Suas discussões tiveram grande circulação na imprensa. Rebelo acusava o feminismo como o responsável por causar a relaxamento nos costumes e o desemprego, pois as vagas estavam sendo ocupadas por mulheres, o que provocou o desemprego de homens pais de família. O deputado defendia em plenário que o lugar das mulheres era onde elas sempre estiveram, no lar, exercendo seu papel de *mãe-educadora* e assim preparar as futuras gerações (Marques, 2016, p. 677).

Para Rebelo, seria o casamento o responsável de suprir as necessidades materiais das mulheres. Outros constituintes o alertavam que havia mulheres que trabalhavam *por necessidade*. O constituinte crítico das mulheres, em resposta, sentenciou que para essas mulheres que trabalham *por necessidade* não lhes sobram tempo se quer para pensar em votar. Rebelo explica que estava se referindo a um grupo reduzido de mulheres que lutavam pelo voto e se recusavam a casar. Essas queriam, segundo o parlamentar,

trabalhar por *desejo*. Essas ideias de Rabelo sofreram um forte embate das feministas, em especial por Bertha Lutz e Natércia. Esse foi um debate que se estendeu por muito tempo. Jornais na década seguinte corroboravam com a visão do constituinte ao publicar que o valor do trabalho feminino estava em destacar que, *por necessidade*, o trabalho das mulheres era portador dos mesmos créditos que o trabalho dos homens³ (Marques, 2016).

De acordo com Marques (2016), em um documento apresentado pela FBPF aos constituintes em cinco de fevereiro de 1934, as feministas recorriam a mesma retórica apresentada acima. Neste documento, afirmavam a importância do trabalho remunerado para a autonomia das mulheres e buscavam justificar a *mulher-mãe-trabalhadora* em virtude das contingências da vida moderna. Que essas mulheres se alistavam ao mercado de trabalho em busca de sair da condição de vulnerabilidade social que o mundo pós-Revolução Industrial e Pós-Guerra se tornara.

A participação da mulher no mundo do trabalho esbarrava em um ponto nevrálgico: a maternidade. Segundo Marques (2016), “é incontornável examinar o trabalho feminino simultaneamente à ideia de família” (Marques, 2016, p. 678). Sem políticas públicas de implantação de espaços onde as crianças pudessem ficar para que as mães fossem trabalhar, como creches e pré-escolas, as mães habitualmente recorriam a filhos mais velhos, familiares e vizinhos para cuidar dos filhos e assim se manterem no mercado de trabalho. Outro imbróglio do ingresso das mulheres no mercado de trabalho diz respeito ao salário licença-maternidade, que era arcado até a década de 1970 pelo empregador. Mais um motivo de discriminação na contratação do trabalho feminino.

A atuação da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* foi de suma importância na promoção de discussões sobre o papel da mulher e a busca pelo seu protagonismo, assim como na conquista de direitos. Tão importante foi a importância da *Federação*, que conseguiu eleger em 1936 sua fundadora, e um grande nome no feminismo nacional, Bertha Lutz, a deputada federal. Havia, portanto, uma voz no Congresso que poderia dar maior visibilidade as demandas feministas, o que despertou grande expectativa de que as propostas e reivindicações da FBPF fossem avaliadas pelo Congresso (Cardoso, 2014).

³ Notícia publicada no jornal *A Manhã* (em 1941). Jornal que divulgava os atos do governo Vargas no Estado Novo.

A FBPF se manteve implacável na busca pelo protagonismo feminino. Em 1936, sua pauta junto o governo foi a criação de um Estatuto da Mulher. Este Estatuto tinha a finalidade de assegurar às mulheres o direito, independentemente do seu estado civil, de atuação profissional em qualquer atividade econômica e profissional, criando mecanismos para protegê-la de discriminação de gênero. A FBPF também pautava a reforma do Código Civil, com o objetivo de estabelecer igualdade entre mulheres casadas e seus maridos, assim também como reformas no Código Penal, visando que homens e mulheres envolvidos em prostituição e adultério fossem tratados legalmente da mesma forma (Cardoso, 2014).

O exercício intelectual do primeiro capítulo de concentrou em discutir os avanços e recuos na trajetória histórica das mulheres em busca de sua emancipação política e econômica e todo o arcabouço ideológico conservador construído para a manutenção das mulheres exclusivamente como *mãe-educadora, mãe-cívica, mãe-esposa-dona de casa, mulher-mãe e mulher-maternidade-nação*. Para grupos conservadores era inaceitável outro lugar social para as mulheres que não fosse o de mãe, esposa e a educadora dos filhos para a construção de uma nova e forte nação.

O capítulo também buscou apresentar a atuação do feminismo no Brasil no início do século XX, com a fundação por Bertha Lutz de um importante espaço de organização social feminina, a *Liga para Emancipação Feminina*, que ao longo de sua trajetória foi substituída pela *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)*. As feministas lideradas por Lutz foram implacáveis em questionar o patriarcado, em contestar que o lugar da mulher era onde ela quisesse estar, implacáveis em fomentar um debate maduro e conciliador na sociedade sobre a importância da autonomia das mulheres e a busca dessa autonomia. O capítulo apresentou uma breve trajetória da FBPF, que lutou incansavelmente pelos direitos civis, sociais e políticos das mulheres.

CAPÍTULO 2 – A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO JORNAL “ALTO MADEIRA” (1920-1930): O DISCURSO POLÍTICO EM DESEFA DO PATRIARCADO

O presente capítulo analisará os dados coletados. Foram selecionadas algumas notícias que demonstram o discurso político do jornal *Alto Madeira* em relação ao corpo, ao comportamento e aos direitos sociais e políticos que cabiam as mulheres de Porto Velho nas décadas de 1920-1930. O capítulo está dividido em três partes.

A primeira, *Um manual da conduta feminina: a centralidade do espaço privado*, discutirá o discurso propagado pelo jornal *Alto Madeira* para a restrição das mulheres ao espaço público.

A segunda parte deste capítulo, *A mulher devota e patriota: a religião e o nacionalismo em questão*, demonstrará por meio de um apanhado de notícias como o jornal *Alto Madeira* reforçava a condição das mulheres como patriotas e religiosas, àquelas que educavam a prole para a construção de uma nação forte. Demonstrará ainda a aproximação do jornal com ideais fascistas, estabelecendo inclusive uma espécie de manual fascista para a conduta das mulheres.

Por fim, a terceira e última parte do capítulo, *A moral e os bons costumes: o controle do corpo das mulheres*, analisará de que forma o jornal *Alto Madeira*, ancorado em argumentos morais, buscou o controle sobre o corpo, sobre o comportamento e sobre a vida das mulheres portovelhenses.

2.1 UM MANUAL DE CONDUTA FEMININA: A CENTRALIDADE DO ESPAÇO PRIVADO

Como discutido no primeiro capítulo, cabia às mulheres brancas um lugar muito bem definido no Brasil nas décadas em análise, lugar este que as colocavam o mais distante possível dos acontecimentos externos ao lar. O lar era o seu espaço por excelência *naturalizado* às mulheres, constituído ideologicamente como o único possível às mulheres, longe dos *perigos* que o espaço público as impunha. Veremos pelas linhas do jornal *Alto Madeira* o discurso que determinavam às mulheres à centralidade do espaço privado na cidade de Porto Velho.

O direito ao voto feminino, de acordo com a discussão realizada no primeiro capítulo, foi uma importante pauta de luta e discussão de vários segmentos da sociedade.

As feministas foram renitentes nessa luta e aqueles que não aceitavam o voto das mulheres, camadas mais conservadoras da sociedade, também foram inflexíveis no combate ao sufrágio feminino. A notícia abaixo ilustra como uma sociedade patriarcal ameaçada a dividir espaços historicamente só ocupados por homens reage diante da eminência de pautas feministas serem atendidas. Em 30 de agosto de 1917, o articulista Simplicio Serrano evocava as graças divinas contra o voto feminino:

Graça a Deus, para a felicidade da integridade de nosso lar, a comissão de Constituição e Justiça da Camara dos Deputados Federaes acaba de, com um formidando parecer, deitar por terra projecto do jovem e ardoroso deputado Mauricio de Lacerda, concedendo a mulher o direito de votar e ser votada.

Comecei esta chronica dizendo graças a Deus, porque, para mim, **não haveria maior calamidade do que ver uma mulher empunhar uma cédula e ir com seu voto decidir sobre os destinos de um povo.**

Se a Republica, guiada e dirigida por illustres varões, anda mal, - **imagina-se o que não seria della se a mulher viesse intervir nos seus destinos com o seu voto.**

No meu modo de pensar, talvez de um provinciano retrogado, **se fosse dado á mulher o direito do voto, seria cem vezes preferivel que se abrisse a porta de todos os carceres e se deixasse a anarcquia e a desordem triumpharem nas ruas e nas praças.**

O facto de alguns paizes, mais civilizados do que nós, terem consentido a intervenção da mulher na sua vida politica e administrativa, como, por exemplo, diversos estados da America do Norte, - não quer isto dizer que nós os imitemos. Um povo que arremeda ou imita a outro povo, embora seja na sua essencia mais pura e perfeita, não de pode chamal-o de um povo progressista, capaz de se desenvolver á custa de seu proprio esforço.

Se em outros paizes de organização muito mais perfeita do que o nosso, a emancipação politica da mulher tem mostrado tão desastrosos resultados, o que não seria aqui no Brazil, onde a mulher, ou por índole ou por influencia climatologica, já é politica, tão politica, que a sua acção nessa esphera se manifesta, muitas vezes, claramente.

Quantos presidentes ou governadores vós conheceis, leitores, que, por assim dizer, são quazi que governados pelas suas mulheres, e cuja acção administrativa é manietada pela da sua *cara metade*?

No proprio Rio de Janeiro, na politica dos resposteiros, desde a esposa dos mais altos magistrados até é apagada estrella dos *mambembes*, tem exercido a sua acção nas cousas politicas da nossa terra.

Quantos moços bonitos, que hoje desfructam as delicias de uma commoda posição nas embaixadas e na diplomacia tiveram que curvar a espinha deante de uma *premiere* italiana ou de uma corista franceza para arrancarem um decreto de nomeação.

Se a mulher brasileira, italiana ou franceza já exerce essa preponderancia na nossa politica, para que, pois, vamos lhe conceder mais a liberdade de se immispuir publica e abertamente, quando ella, por linhas travessas, já o faz com mais sagacidade e arte do que muitos homens?

E' por isso que, se eu fosse deputado ou senador, embora reconhecendo e tendo uma grande admiração pelo talento do jovem deputado fluminense, - votaria contra o seu desastrado projecto.

Não sou, com jamais serei um perseguidor da mulher, sobretudo da mulher brasileira, minha patricia **que admiro e cultuo na sua triplice virtude de Mãe, Esposa e irmã. Admiro-a e santifical-a-ia, se podesse, como uma bôa ministra que soubesse bem discutir e equilibrar a receita e a despeza do seu lar, e votando projectos que visassem a tranquillidade e a felicidade desse pequeno dominio, mas de sabia direcção, que fica entre a porta da rua e a porta da cosinha.**

Santifical-a-ia, porque á ahi, nesse acanhado espaço, onde mais refulgem as suas virtudes, que eu a admiro e a **quero como porta bandeira de um exercito de crianças que sejam o clarim de uma alvorada nova para o futuro da nossa Patria.** (*Jornal Alto Madeira*, Ano I, Ed. nº 30, 30/08/1917 – grifo nosso).

É possível observar a satisfação do autor pela não aprovação de um projeto que vislumbrava o direito de mulheres votarem e serem votadas. O autor afirma que se fosse concedido o direito ao voto às mulheres seria uma calamidade sem precedentes, a anarquia seria instituída e o destino do país estaria entregue a toda e qualquer sorte. Segundo a notícia, mulheres só teriam utilidade na administração do lar, na educação dos filhos para o futuro promissor da Pátria. Essa notícia traz claramente a tríade Deus-Pátria-Família. A Deus é dada graças pela “desgraça” das mulheres. Às mulheres é dada a única e “natural” missão de cuidar do lar e da família, e assim educar crianças para o *futuro glorioso da Pátria*. A família tradicional seria o sustentáculo de uma pátria ordeira, de acordo com a notícia. E nesse modelo de família os papéis sociais deveriam ser os defendidos por grupos conservadores, no qual não era admitido outro espaço de atuação das mulheres senão o privado: *o que fica entre a porta da rua e da cozinha*.

Trazemos abaixo outra notícia que corrobora para a discussão em voga nas primeiras décadas do século XX, na qual o direito ao voto às mulheres implicava nessas mulheres saírem do espaço privado, para o público. Estando no público, essas mulheres estariam disputando lugares “naturalizados” como espaços masculinos e negligenciando suas atribuições “naturais” de *mãe-esposa-dona de casa*. Alguns senadores entrevistados sobre o sufrágio feminino foram taxativos e diretos em suas respostas, alguns irônicos, outros favoráveis ao voto feminino. Com o título, *A propósito do voto feminino*, a notícia destaca:

Deste modo, foi sondada a disposição de animo de varios senadores que, nos informaram, se manifestaram pelos seguintes conceitos. Alfredo Ellis (gentilíssimo) – Sou a favor, nem podia deixar de o ser. A Constituição, quando diz “cidadão”, não lhe determina o sexo. Sim minhas senhoras. Façam o favor de votar. Marcilio Lacerda – Sou contrario. Soares dos Santos – Não contem comigo. **O lugar da mulher é no lar e não nas urnas.** Raymundo de Miranda – Mulheres? Que entrem. Mas só as maiores de 50 annos. Octalicio de Camará (nervosissimo) – **Que idéa! Voto contra. Lá se vae o lar, lá se vae a familia, e é capaz até de queimar-se a carne assada! Si dermos o direito de voto ás mulheres, acabou-se tudo. Que Idea.** Metello Junior (apressado, com trinta amigos á sua espera) – A questão é muito delicada, agora não ha tempo. Vou estudar. Antonio Massa – **Deus nos livre!** Si num eleitorado sé de homens já ha tanta barafunda! Imaginem quando as mulheres votarem em massa! Hemenegildo de Moraes – Contrario. O nosso meio ainda não comporta esta medida (Tratando-se de uma questão feminina, a medida do Sr. Hemenegildo deve ser muito elastica). Vespucio de Abreu – Não digo sim nem não. A questão é melindrosa. Vou estuda-la. Ribeiro de Brito – Essa Idéa é minha ha muito tempo. No movimento politico que chefieei em Pernambuco... (Aqui o nobre senador discorreu largamente sobre a revolução de 1817). Jeronymo Monteiro - Creio que o papa não se molestaria... Sim, sou favorável. Costa Rodrigues (visivelmente incomodado) – Dentro de quatro dias eu darei a minha opinião. (Ora essa! Por dias?)

Felippe Schmith – Não sei si na Allemanha ellas votam... E’ melhor não votar. Gonzaga Jayme – Voto contra. Aqui não me entra mais ninguém. Eloy de Souza – **Que votem todas as mulheres, menos a minha engomadeira. Que seria dos meus colarinhos?! Dest’arte, mais uma vez cahiu o voto feminino, graças ao humorismo demolidor dos senhores senadores.** (Jornal *Alto Madeira*, Ano IV, Ed. n° 380, 09/01/1921 – grifo nosso).

Dessa vez o autor da notícia não agradece a Deus pela negação ao voto feminino, mas ao *humorismo demolidor dos senhores senadores*. A notícia trata-se de uma breve entrevista com quinze senadores indagados sobre o direito de voto das mulheres. Dos quinze, podemos afirmar que quatro senadores foram a favor, no entanto, a resposta positiva do senador Raymundo dos Santos e do senador Eloy de Souza foram carregadas de ironia. Segundo Raymundo dos Santos apenas as mulheres após os 50 anos poderiam votar. Das muitas camadas que essa resposta pode ter, discorreremos apenas sobre uma, a que diz respeito a idade reprodutiva das mulheres. Mulheres jovens e em idade reprodutiva tinham que está estritamente preocupadas em gerar filhos, educá-los e empenhadas nos afazeres domésticos, qualquer coisa além disso era considerada distração de suas atribuições “naturais”, o que poderia levá-las a negligenciarem o lar. Enquanto que mulheres com 50 anos de idade, na década de 1920 eram consideradas anciãs, e provavelmente não teriam sequer energia para sair e exercer seu direito ao voto.

O senador Eloy de Souza, com seu *humor demolidor*, escarneceu das mulheres ao não atribuir o direito ao voto para uma única mulher, aquela que engomava suas roupas. A mesma lógica já mencionada acima. Essa estrutura de pensamento compreende que mulheres transitando pelo espaço público passam a não mais estarem atentas as suas atividades domésticas.

Quatro senadores não souberam responder alegando precisarem estudar o assunto. E sete senadores se declararam contra o voto das mulheres, alegando que o lugar das mulheres não é na rua e sim em casa, que mulheres negligenciariam suas atividades domésticas se lhes fossem dado o direito ao voto, e que o voto feminino levaria a uma desordem. Assim como o sufrágio feminino, outra demanda das mulheres nas primeiras décadas do século XX foi o direito à educação. O artigo que veremos a seguir trata-se de um discurso proferido na inauguração da Escola *Dr. Cesario Corrêa*:

Escola Dr. Cesario Corrêa

Dou abaixo trechos do discurso proferido pelo Sr. Alfredo do Carmo Ribeiro, nosso confrade de imprensa, por ocasião da solenidade de inauguração da “Escola Dr. Cesario Corrêa”, acto verificado nesta localidade no dia 15 do mez corrente. Alquelle nosso amigo foi escolhido orador official da festa e occupou o cargo de Secretario da Comissão organisadora desta, Comissão de que foi Presidente, o Sr. Dr. Mendonça Lima, eis os trechos referidos:

“...o Dr. Augusto Austregesilo disse que a dedicação transbordante da esposa brasileira dá-lhe nobreza, e o Dr. Nicoláu Moreira affirmou: o bello ideal de mãe de familia não está na mulher que principiando por casar sem amor, acaba por atropelar os sagrados instinctos do matrimonio, convertendo o lar domestico em lobrego antro de trevas, de desleixo; não está também naquella que nega ao filho o calor do seu regaço, nectar dos seus seios o perfumes de seus labios para que a ruga prematura não lhe venha usurpar a lisura da face; e ainda menos naquella que depõe nos braços da ama creançinha que deve incommodal-a com os seus vagidos, importunal-a com as suas dores e ser-lhe estorvo que mariposa voluvel, vá de festa em festa aspirando o aroma das flôres nocivas até encontrar o veneno do áspide que mata a alma maculando a pureza, veneno que converte a virgem em opprobio, a felicidade em infamia e o praser em crudelissimo travo de fêl pestilento. **O ideal divino de mãe de familia está pelo contrario na mulher que, atravessando o período de juventude casta, pura submissa ao preceito santificador da vontade paterna, confia de um coração bem nascido a fé pura do seu, considerando o matrimonio como a fusão necessaria de dois amores e duas almas que aspiram completar-se e santificar-se no paraíso do lar domestico, depurando-se no crysól das seus muitos affectos no nobilissimo fim que os unía, e firmementos esperançados na palavra de Deus, instituidor da radiante aureola que circunda tão sagrada união.**” Estas significativas palavras mostram claramente o quanto se deve ter em conta a educação, de especial da mulher brasileira, para que ellas na exhuberancia de suas virtudes de suas qualidades sublimes e de seus preciosos dons possa legar á geração de amanhã as mais sobesbas lições. Assim falou o Sr. Carmo Ribeiro, dirigindo-se as senhoras que enchiam o salão e apoz longos períodos, S.S. terminou, entregando ao Dr. Mendonça Lima, um lindo boquet de flôres naturaes; pronunciando as seguintes palavras: “Mestre e amigo: recebei estas flores e, em nome do cidadão que aqui está representado na pessoa do illustre Sr. José Machado, e de quem sou homillimo Secretario, distribuis entre os nossos irmãos de cruzada contra o nalphabetismo neste pedaço de terra nacional; o igualmente entre estes outros que fazem da intelligencia a bigorna do seu labor quotidiano, e declarae ao competente professor Carlos Costa, que o Coronel Paulo Saldanha, lhe entrega cheio de confiança a escola de agora em diante denominada DR. CESARIO CORRÊA e nome lhe é dado em respeitosa homenagem ao Dr. Director da Instrução Publica do Estado de Mato Grosso.” Guajará Mirim. - 17-02-925. (Do Correspondente). (*Jornal Alto Madeira*, Ano VIII, Ed. nº 804, 08/03/1925 – grifo nosso).

O discurso de inauguração da escola que o jornal *Alto Madeira* publicou no ano de 1925 inicia anunciando uma frase que o orador atribuiu a Augusto Austregesilo, a frase afirma que *a dedicação transbordante da esposa brasileira dá-lhe nobreza*. Em seguida, o orador citando Nicolau Moreira, discorre que o ideal de mãe está sendo negligenciado, seja pelo não cuidado do lar, seja pela falta de cuidado aos filhos, ou por estes cuidados estarem sendo terceirizados a outras pessoas. O motivo de tal abandono estava no fato de mães frequentarem ambientes públicos. A notícia associa que mulheres que frequentam o espaço público se afastavam dos cuidados com o lar e a prole. O discurso proferido informa a plateia que estava presente para a inauguração da escola, segundo a notícia do jornal *Alto Madeira*, o quão perigoso poderia ser a conduta de uma mãe que não assume suas responsabilidades “naturais”. E que a nobreza está em assumir sua atribuição de *mãe-esposa-dona de casa*.

Em seguida o discurso busca elencar qual seria o *ideal divino de mãe*. Primeiro, ainda na juventude, essa mulher deveria ser casta, deveria ser obediente e submissa ao *preceito santificador* de seu pai (e posteriormente de seu marido), deveria confiar que o matrimônio é *santificador do lar* e deveria ter o discernimento que *Deus* é quem institui o matrimônio. Para o orador, a educação brasileira, em especial das mulheres, deveria ter esses valores, isto é, educar mulheres para serem preservadas no espaço privado, cuidando amorosamente do seu lar e de sua família. Família esta instituída e santificada por Deus.

Como debatido no capítulo anterior, todo movimento de mudança do estado das coisas, depara com um movimento de reação. Nessa matéria esse movimento é notório. A notícia ilustra bem o posicionamento de grupos conservadores. Enquanto as demandas femininas/feministas nos grandes centros urbanos do país estão sendo amplamente debatidas, encontramos nessa notícia um movimento conservador que buscava manter o *status quo*.

É importante destacar que o orador utiliza valores religiosos como normatizadores da conduta feminina e seria por meio da educação escolar que esses valores deveriam chegar às mulheres. Às mulheres é atribuído um ideal divino, que impõe a elas a castidade na juventude, sexo exclusivamente no casamento, se deter unicamente aos cuidados domésticos e obediência ao pai e posteriormente ao marido. Ao que parece o analfabetismo que a escola da notícia buscava combater era o avanço da autonomia das mulheres e a sua manutenção ao espaço privado.

Educar para a castidade na juventude, para o casamento, procriação, cuidados com o esposo e a família até que a morte os separe, isto era o que determinava os valores religiosos defendidos pelo jornal *Alto Madeira* para a conduta das mulheres. Sendo assim, não cabia neste ideal a divórcio. Na notícia descrita abaixo, o jornal *Alto Madeira* ilustra de forma objetiva o quão nefasto considerava o divórcio⁴.

O divórcio segundo a opinião da escriptora Albertina Bertha
O “Correio da Manhã” do Rio, está, em um inquérito, colhendo opiniões valiosas: A sra. Albertina Bertha, escriptora, romancista, invocando o que ella chama a necessidade de se crear as grandes formulas da felicidade, responde: - O divórcio não se revela uma reivindicação de justiça, um desaggravo, um direito, apresentar-se, ao contrario, como uma **instituição artificial, hostil a vida das nações e ao destino da sociedade**. Comprehendendo que seja quase uma impossibilidade a fixidez eterna do casamento em a mobilidade vertiginosa do universo, mas tambem não admito que o divórcio represente uma finalidade, a

⁴ O Jornal *Alto Madeira* publicava artigos do Brasil e de outros países. Essa notícia foi publicada pelo Jornal do Comércio, que tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro, no dia 23 de setembro de 1926. Trata-se de uma entrevista que Albertina Bertha concedeu ao jornal (Martins, 2012).

solução ideal para o restabelecimento da harmonia violada. A instabilidade conjugal se tornará apavorante, ameaçada a todo momento de ser quebrada pela mínima frivolidade que, sem a idéia de um segundo casamento legalizado pela lei, permanecerá no “status quo”, isenta de consequências (ilegível). Não temo afirmar, que o divórcio virá generalizar e oficializar a impureza bastante vezes retida, acamada pelo medo da humilhação, do menosprezo com que a sociedade habitualmente a recebe ou a repelle. E’ uma arma de gumes duplos que se addita aos máos recursos do homem contra nós, é mais um meio que se lhe proporciona para escapar *com dignidade* aos encargos e ás responsabilidades de um chefe de familia. Ora, sendo o divórcio o effeito de uma desordem, o corollario de leviandades e desavenças, convém que o ataquemos na sua origem e não o sancionemos á guisa de um motivo saneador. A sua fonte se encontra em nós mesmos, na nossa educação: cumpre-nos pois empenhar todos os esforços e labores para eliminal-o e destruir-lhe as causas. Que importa que o trabalho demande perseverança e annos de treinamento! Depois, que voltar a felicidade irão edificar sobre um segundo casamento essas a mas mutiladas lacrimějantes, corroídas pela descrença, pela desilusão, assediddas, de continuo, pela obsessão do que tambem lhe possa acontecer? Onde o encantamento, a magia, a ebriez branca das flores de laranjeira e dos véos descidos sobre rubores virgineos? Onde as scintillações dos altares chamejantes e a pudicícia de espiras aromatizadas de incenso? Onde? Onde? Creemos as grandes formulas da felicidade, e demos outra direção á rotina, aos processos de um progresso archaico. Principiemos por modificar, melhorar o homem, amenizando-lhe as rudezas, ensinando-lhe a amarnos mais ainda, estimulando-lhe o senso moral com os exemplos de uma moral mais admiravel. **Tambem cabe a nós, mulheres estreitarmos cada vez mais os laços que nos unem a elles, seja pela obediencia, pela utilidade, pelo zelo, pelo carinho, pela dependencia, sim, pela dependencia, ouso eu accrescentar!** Vós que me lêdes reparar em como a mulher que se desata de todos os jugos, busco geralmente fóra do lar quem a proteja, a guie, a oriente, tal o abandono, o isolamento, a incoherencia em que se encontra. Na verdade nos é (ilegível) agradavel dividirmos a responsabilidade, haver dois a responder de nós mesmos, dourar um pouco essa severidade que tanto pesa sobre as nossas forças moraes. Mas a maior parte das mulheres trazem em o intimo um ideal fulgurante que na hora premente se transforma em rythmos de luz. E aquellas que os deuses escolheram para ser amantes das artes e das letras que se entreguem á sua volúpia, á sua fascinação surprehendente. Um conselho para ás mulheres de meu paiz moças de intelligencia e bons principios, filhas de uma raça nova e forte – continue a ser idolos estranhos de olhos fadicos e atitudes (ilegível), porém séde fortes em a pureza, encarae a vida face á face como se fora uma amiga, uma companheira, a dadivosa egrégia e em o momento opportuno, ella, a Vida esplendente, saberá offerta-vos a guirlanda de purpúrea de Victoria vencida. **Não olvidemos que nestes tempos de tendencias impressionantes para a vulgaridade,** todos devemos intensificar o culto do heroismo. (*Jornal Alto Madeira*, Ano X, Ed. nº 983, 25/11/1926 – grifo nosso).

O divórcio, segundo a escritora Albertina Bertha⁵, era considerado degradante, uma *instituição artificial* e o maior mal que poderia acontecer para a sociedade. A matéria

⁵ Albertina Berthade Lafayette Stocker nasceu em 1880 no Rio de Janeiro. Era romancista e ensaísta, sua obra é composta por cinco volumes. *Exaltação* (romance, 1916), *Estudos 1ª série* (ensaio, 1920), *Voleta* (romance, 1926), *E Ela Brincou com a Vida* (romance, 1938) e *Estudos 2ª série* (ensaio, 1948). Participou também ativamente da vida jornalística, colaborando na imprensa carioca. Albertina Bertha foi uma escritora de grande destaque para sua época, despertou grande interesse nos seus leitores e críticos. Seus textos eram criticados pelo teor erótico e até mesmo proibidos de serem lidos por moças de famílias mais conservadoras. Foi sem dúvidas uma mulher que transgridiu muitas das normas impostas à ela, e sua atuação proficua como escritora coontribuiu para o avanço do papel feminino na sociedade brasileira (Martins, 2012). No entanto, como vemos na notícia do jornal *Alto Madeira*, os valores da sociedade do período possuem raízes profundas, as quais são expressadas na reflexão de Albertina Bertha.

admite intempéries no casamento, dificuldade de harmonia perene, mas não seria o divórcio a solução para resolver tais dificuldades. O divórcio proporcionaria às mulheres a possibilidade de novos relacionamentos, o que as levariam a um estado impuro, ao passo que proporcionaria aos homens negligenciarem suas responsabilidades de chefe de família. A autora busca convencer especialmente as leitoras o tão nefasto poderia ser o divórcio.

A autora deixa claro que cabe única e exclusivamente as mulheres a responsabilidade pelo divórcio. A autora nomeia como *fórmula da felicidade* determinadas atitudes que iriam preservar o casamento, transformar o coração dos homens de hostil à dócil. Atitudes exclusivamente das mulheres, como cuidado, *obediência, utilidade, zelo, carinho e dependência* são descritas na notícia como necessárias para a transformação dos maridos. Todo esse esforço feminino, segundo a autora, levaria a aumentar o amor de seu cônjuge e preservar o casamento.

Como discutido no capítulo anterior, nas primeiras décadas do século XX efervesceu a discussão em torno da autonomia financeira das mulheres, para que estas tivessem minimamente a possibilidade de fazer suas escolhas e não estarem fadadas estritamente ao casamento. Partindo desta reflexão, é bem compreensível que a autora tivesse em sua *fórmula da felicidade*, a *dependência*, como um dos ingredientes necessários para que *a instituição artificial, hostil a vida das nações e ao destino da sociedade*, o divórcio, fracassasse.

Por fim, a autora exorta que as mulheres se preservem *puras*, pois os tempos nos quais estão vivendo tende cada dia mais a *vulgaridades*. As *puras* são consideradas cheias de luz, enquanto àquelas que são *amantes das artes e das letras* estão entregues a sorte de seus prazeres. Estas são transgressoras de uma fronteira combatida por grupos conservadores do período, a fronteira do espaço privado. Segundo a notícia, ao transgredir esta barreira imposta ideologicamente às mulheres, abria-se uma porta que as colocariam entregues aos seus instintos mais primitivos. Pois o racional estava na manutenção das mulheres nos cuidados domésticos.

O manual de conduta para as mulheres portovelhenses encontra nas páginas do jornal *Alto Madeira* terreno fértil. Na notícia que segue, podemos observar um flerte do jornal *Alto Madeira* com ideais fascistas⁴⁴, que de forma clara busca subverter aspectos das lutas feministas e impor às mulheres o lugar atribuído à elas por excelência: o lar.

⁴⁴ Na segunda parte deste capítulo refletiremos mais sobre os ideais fascistas propagados pelo *Alto Madeira*.

Uma senhora

Uma senhora norte-americana, visitando o chefe do governo italiano, perguntou-lhe qual sua idéia sobre o feminismo: a que Mussolini respondeu: “**O verdadeiro caracter feminino** por fim voltará ao seu passado. Actualmente as mulheres descuidam-se de sua verdadeira missão, **que é de serem rainhas em casa e mães de família**. Indubitavelmente a procreação e educação duma família são cousas infinitamente, mais importantes do que dirigir um automovel e jogar o tennis e o bridge” (*Jornal Alto Madeira*, Ano XIII, Ed. nº 1.310, 12/01/1930. Grifo nosso).

A notícia anuncia que o próprio Mussolini respondeu a uma pergunta de uma mulher estadunidense sobre o que este pensava sobre os ideais feministas, ao passo que respondeu que a verdadeira missão feminina estava sendo negligenciada, era necessário voltar ao passado. Passado em que as mulheres dispunham todo o seu tempo na manutenção e cuidados do lar, procriando e educando os filhos. A função social das mulheres se restringia exclusivamente, segundo a notícia, a gerar filhos, educá-los e serem *rainhas* do lar.

A primeira seção ilustrou o discurso de combate ao sufrágio feminino proferido pelo jornal *Alto Madeira*. O combate ao sufrágio de mulheres ocorreu de diversas formas, seja evocando Deus ao êxito das negativas junto ao Congresso, seja por “falas” despectivas que buscavam deslegitimar a luta pelo voto feminino. Mas em comum tinham o apelo de colocar as mulheres no único lugar que conservadores atribuíam como legítimo a elas: o lar. E o jornal *Alto Madeira* buscou de forma clara e direta reverberar que o sufrágio às mulheres portovelhenses estava longe de ser sua função “natural”. A função “natural” dessas mulheres era cuidar do lar, educar os filhos e assim plasmar o *futuro glorioso da Pátria*.

Assim como o voto feminino, a educação às mulheres foi outra pauta que as páginas do periódico se ocuparam em publicar. Também como o voto, a educação defendida pelo jornal *Alto Madeira* às mulheres portovelhenses era o manual de conduta conservador, que estabelecia como comportamento feminino “normal”: castas na juventude, casamento (até que a morte os separe), procriação, cuidados com a prole, com o esposo e com o lar. Neste manual não haveria outro lugar possível para as mulheres senão o espaço privado, ocupadas com a tríade *mãe-esposa-dona de casa*. Todo esse ideal conservador para as mulheres estava alinhado a um forte apelo religioso. A educação, inclusive, corroborava para que o manual conservador para as mulheres fosse assimilado. Neste ideal não cabia em hipótese alguma a possibilidade de divórcio. Este era, inclusive, considerado um empecilho, segundo o jornal *Alto Madeira*, para o pleno desenvolvimento da nação.

O jornal *Alto Madeira* flertava com ideais fascistas e estipulava, ancorado nessas ideias, que as mulheres ao se manterem no ambiente privado e ocupando-se exclusivamente com os cuidados do lar, iriam contribuir grandiosamente para o crescimento e fortalecimento da nação.

Nesta seção foi possível ilustrar algumas das discussões do primeiro capítulo, com o protagonismo para o voto feminino, a educação de mulheres e a influência de discursos fascistas para o estabelecimento de normas de condutas femininas que impunham o lar como o espaço por excelência das mulheres.

2.2 A MULHER DEVOTA E PATRIOTA: A RELIGIÃO E O NACIONALISMO EM QUESTÃO

Este tópico demonstra por meio de um apanhado de notícias, como o jornal *Alto Madeira* reforçava a conduta das mulheres baseada em valores religiosos e patriotas. O dever das mulheres, segundo o jornal *Alto Madeira*, estava em *ensinar, amar e orar*:

O dever da mulher

A mulher deve se bater pela liberdade de consciencia e de agir, mas sempre no seu papel de mãe e de educadora, em que as suas faculdades e virtudes podem esplender aos raios refulgentes de uma verdadeira glorificação. Mãe e educadora que sou, ha treze anos, vejo ainda tanto a fazer! Parece um paradoxo dizer: Quanto mais realizo, mais me falta realizar. Compenetrem-se todas as mulheres, que sua missão é nobilissima e abandonem a idéa de votar. Educando o homem, conquistando e remodelando o pae, o esposo, o irmão, com seus carinhos, a mulher tudo conseguirá. Legionaria no lar, legionaria na escola, em suas mãos encerra o **destino da Patria. Directa e indirectamente, concorre para o progresso, ou descredito de uma nação.** Rica ou pobre, educada ou ignorante, deve conhecer a responsabilidade que a sociedade lhe põe nas mãos. Eduquemos a mulher e teremos o homem educado. Quando a mulher brasileira conseguir a liberdade de consciencia, sua maior aspiração, imponha se á admiração e ao respeito de seus filhos e **trabalhe pelo engrandecimento deste Brasil, que quer resurgir, ensinando, amando e orando na escola e no lar**, livre de preconceitos e cheia de amor. AOCINA LIMA VERDE BARROS. (Jornal Alto Madeira, Ano XV, Ed. nº 1.491, 04/10/1931. Grifo nosso).

Segundo a notícia acima, escrita por Aocina Lima Verde Barros, a *liberdade de consciência e de agir* das mulheres tem uma fronteira bem delimitada em seu papel de mãe e educadora. A autora da notícia compara mulheres virtuosas a uma manifestação religiosa ao afirmar que *faculdades e virtudes podem esplender aos raios refulgentes de uma verdadeira glorificação*. Mulheres virtuosas, portanto, estão próximas ao que há de mais digno. No seu papel de educadora, as mulheres, segundo a notícia, para além do lar, são bem vindas nas escolas, pois seu dever é educar. Somente educar, jamais votar.

A notícia coloca sobre as mulheres a responsabilidade de educar mulheres e homens, pois é em suas mãos, as da *mulher-educadora*, que está depositado todo o destino da Pátria. É nas mãos das mulheres que está o progresso da nação. E essa responsabilidade cabe a todas as mulheres, independentemente de sua classe social, segundo a notícia. Todo o esforço das mulheres em educar seus filhos está estritamente ligado ao engrandecimento do Brasil. E será *ensinando, amando e orando na escola e no lar* que o dever das mulheres seria alcançado: o progresso e a ordem para o estabelecimento de uma grande nação.

A educação como *Dever da mulher* de acordo com a publicação de 1931 do jornal *Alto Madeira* tem em sua base valores religiosos e valores nacionalistas. Estes buscavam por meio da educação a construção de uma grande nação. E os valores religiosos, que glorificam as virtudes da *mulher-educadora*, evidenciam a importância da oração. Pois será a oração que manterá perseverante a *mulher-educadora* na sua missão pedagógica de educar meninas e meninos para a construção de um futuro próspero. Os papéis atribuídos como legítimos às mulheres, de acordo com a notícia, se restringem a educadora, mãe, filha e esposa. Imbuídos de temor a Deus e de patriotismo para a construção de uma nação pautada em valores conservadores.

Na notícia abaixo o jornal *Alto Madeira* importou ideais fascistas ao publicar: *O código da boa esposa*, o decálogo das esposas fascistas.

O código da boa esposa

A reforma do povo italiano empreendida por Mussolini, não se objectiva somente nas transformações materiais, na orbita administrativa, vai até o amago da formação espiritual do individuo.

E assim é que o Duce, como símile de Moisés, guiando o povo de Israel em busca da terra prometida, também tem um decálogo, para **obediência das esposas fascistas**. Ei-lo como foi divulgado pelo jornal “La Stampa” de Turim, resumindo os ensinamentos do Fascismo:

I – Ama o teu marido sobre todas as coisas, sem esquecer que a ele pertence a tua casa.

II – Vê no teu marido um hospede precioso, a quem não se contam os pequeninos desgostos quotidianos.

III – Conserva a tua casa em ordem e sê sempre alegre quando entrar o teu marido.

IV – Não pèças superfluo para ti e pede tudo para os teus filhos.

V – Trazer seus filhos sempre limpos e fazer-te bonita dentro de casa para teu marido.

VI – Lembra-te que casaste para a bôa e má fortuna e jamais abandones o teu marido.

VII – Sê bôa filha para a mãe do teu marido, para que ele, como filho, te seja agradecido.

VIII – Nunca peças o que ninguém tem e mostra-te util para seres feliz.

IX – Tem absoluta confiança no teu marido, na hora da desgraça que ele pensará por ele e por ti.

X – Agrada o teu marido se ele aborrecer se, procura o se te abandona, porque tú és a honra do seu nome (*Jornal Alto Madeira*, Ano XIX, Ed. n° 1.879, 09/06/1935. Grifo nosso).

Esse decálogo exorta as mulheres à obediência: *obediência das esposas fascistas*. Direcionado às mulheres, estabelece que competiria a elas prover a harmonia do lar e assim educar a família à obediência ao pai para o bem da nação. É possível fazer um exercício intelectual de substituir o pai de família, que a notícia evidencia, pelo “pai” da nação. Na Itália, neste período, Mussolini, no Brasil, Getúlio Vargas. É possível compreender o “pai”, tanto na figura de Mussolini, como na de Getúlio Vargas, como personificação da figura do líder.

De acordo com a notícia, somente o líder fascista italiano conduziria e direcionaria o povo italiano para o caminho da formação de uma nova consciência, a qual levaria a constituição de uma nação forte. A notícia afirma que assim como Moisés conduziu o povo hebreu para a terra prometida, o líder italiano seria quem conduziria o povo italiano para a formação de uma nova nação.

Quando é atribuído a Mussolini um papel análogo ao de Moisés, este apelo religioso visava acessar representações já presentes no imaginário dos leitores. De acordo com a narrativa bíblica, Moisés era íntimo de Deus, subia ao monte mais alto para se encontrar com o sagrado. Dessas conversas, Deus criou e entregou a Moisés um manual de conduta para os hebreus, denominado pela doutrina católica como os *dez mandamentos*. Mussolini, assim como Moisés, também é colocado nessa intimidade com Deus e seria aquele que sobe à montanha para junto com Deus criar uma nova sociedade, com uma nova mentalidade. Não é por acaso que o manual para as *esposas fascistas* vem em formato de um decálogo.

É importante destacar a exaltação ao líder. Pois seria somente o líder que conduziria para o caminho que restauraria a sociedade para uma nova consciência. E seria no seio da família, com as atitudes de renúncia e submissão das mulheres, conforme a notícia, que tal consciência seria alcançada.

O valor pedagógico desse manual implica em expressar aos leitores a necessidade de estarem sempre imbuídos de atitudes que não contrariasse a figura do líder. Ora, se Moisés era o líder do povo hebreu que caminhava pelo deserto em busca da terra prometida, o *Duce* era o líder do povo italiano, o pai da família era o líder do seu núcleo familiar, e Getúlio Vargas seria o líder que conduziria o Brasil para a formação de uma nação forte.

A autoridade do líder (do patriarca da família), de acordo com a notícia, não deveria ser contrariada, pelo contrário, eram necessárias atitudes de acolhimento e conformidade para vê-lo feliz e assim promover bem estar daquele núcleo familiar. Não

importava as dificuldades que essa mãe com os seus filhos passasse ao longo do dia, pois a estabilidade da família (da nação) estaria alicerçada na satisfação pessoal do seu líder (pai).

E no Brasil havia um líder que também precisava da constituição de uma nova consciência, de um *novo espírito*, pois era preciso fazer do Brasil uma só nação. As fronteiras estaduais não seriam mais obstáculos para o projeto de Brasil defendido por Getúlio Vargas. Era urgente um espírito de obediência, de adesão e de união para a criação de uma grande e forte nação.

A notícia do jornal *Alto Madeira* quando olhada rapidamente parece bem despreziosa, de imediato nos coloca a olhar para a condição da mulher nessa sociedade amazônica do período. Uma mulher que deveria ser obediente, submissa, que corroborava para a harmonia do lar a custo de passar por cima de suas necessidades e suas vontades. Uma mulher que não precisava ser feliz, e sim precisava fazer o seu marido feliz. Uma mulher que precisava colocar seus anseios e sua subjetividade de lado para atender as necessidades de sua família. Mas, quando voltamos nosso olhar para conjuntura, percebemos que a discussão vai muito além da condição das mulheres.

Essa notícia buscava incutir comportamentos que não contrariassem a ordem estabelecida, buscava incutir comportamentos de adesão e obediência a figura do líder. O título da notícia, *O código da boa esposa*, que pode ser facilmente substituído pelo “o código do bom cidadão”. Afinal, seriam as esposas/mulheres/cidadãs que iriam restaurar a dignidade dos filhos e filhas da nação, por meio da obediência irrestrita a figura do líder.

De acordo com o jornal *Alto Madeira* o papel da esposa era servir como o modelo de comportamento para os seus filhos e filhas, e esses seriam os que iriam instaurar a nova consciência para a construção de uma nação forte, coesa e obediente. *Tem absoluta confiança no teu marido, na hora da desgraça que ele pensará por ele e por ti*. E essa confiança que antecede a obediência não estava ancorada em razões racionais, pois não importava quão arbitrárias seriam as atitudes e tomadas de decisões do líder, isso deveria ser ignorado, pois o estabelecimento da ordem estava acima de toda e qualquer arbitrariedade. Não havia necessidade das esposas/mulheres/cidadãs pensar sobre a resolução de algum problema. Cabia ao líder essa tarefa.

Como discutido no primeiro capítulo, os valores religiosos eram presentes no estabelecimento de modelos de comportamento para as mulheres. A notícia abaixo

estabelece um manual de comportamento para os homens casados, mesclando religiosidade e claro fortes pinceladas do conservadorismo em relação condição das mulheres na década de 1920-1930.

“A.B.C” DO HOMEM CASADO de Isabel Olegario

A – **Amar a Deus no Céu e sua mulher cá na terra.**

B – Beija-la antes de sahir á rua.

C – Consulta-la sempre, sinão em tudo, pelo menos, no que diz respeito aos interesses de ambos.

D – Dedicar-lhe todo o tempo que os negocios, os deveres da amizade, etc., o deixam livre.

E – Evitar-lhe todo e qualquer desgosto.

F – **Fazer-lhe comprehender por meios brandos e persuasorios que dela depende, principalmente, a felicidade do lar.**

G – Garantir-lhe, podendo, o futuro e o dos seus filhos.

H – Haver-se com prudencia quando surgir alguma duvida entre os dois. I – Instruil-a no que julgar necessario.

J – Julgal-a sempre favoravelmente.

L - Lembrar-se de que dois não brigam quando um não quer.

M – **Mostrar-se antes indulgente do que autoritario.**

N – **Não a melindrar com discussões religiosas; a mulher que cumpre bem os seus deveres para com Deus, é sempre boa filha, excellente esposa e mães extremosas.**

O – **Oppor-se terminantemente a que ella frequente certas rodas, onde, infelismemente, só colheria mãos exemplos.**

P – Procurar-lhe todo e bem estar possivel, de acordo, porém, com a sua bolsa e a sua honra. – Questional-a habil e carinhosamente, quando reparar qualquer mudança ou alteração no seu genio; muitas vezes para não inquietar o marido, a mulher occulta-lhe reaes soffrimentos.

R – Regressar cedo á casa, a menos que motivos serios e imperiosos e detenham fora mais tempo.

S – Satisfazer-lhe os pedidos, sempre que estes forem justos e razoaveis.

T – Tratal-a com todo o carinho, e as mulheres em geral, com a maior deferencia e respeito.

U – **Usar dos seus direitos com descrição e moderação,** lembrando-se de que ella é, não só sua companheira, sinão tambem sua melhor amiga.

V – Viver para a familia.

Z – Zelar pelos bens de ambos.

A mulher casada cujo marido põe em pratica o que vae nestas modestas e despretenciosas linhas, pôde dizer que encontrou, sinão a felicidade perfeita o que é humanamente impossivel neste vale de lagrimas e miserias, pelo menos a relativa.

NOTA – Ha tempos, alguém se lembrou de escrever o A. B. C. da mulher casada o qual creio, veio publicado no “Jornal das Moças”.

Embora não tenha eu igual competencia, resolvi-me, comtudo, para satisfazer unica e exclusivamente, ao pedido de algumas amigas, a escrever o A. B. C. do homem casado.

A ellas, pois, ofereço o A. B. C. supra, nelle encontrarão exarada, a resposta as perguntas que me fizeram.

Isabel Olegario

Da revista “Fon-Fon”, do Rio. (*Jornal Alto Madeira*, Ano V, Ed. nº 502, 11/03/1922 – grifo nosso).

A notícia utiliza as letras do alfabeto para estabelecer um manual de comportamento para os homens casados. A cada letra do alfabeto é iniciada uma frase,

daí o título da notícia “*A.B.C. do homem casado*”. Na primeira letra, a letra *A*, a autora estabelece que o casamento deveria alicerçar-se em valores religiosos, ao afirmar, *Amar a Deus no céu e sua mulher cá na terra*. Assim como nos dez mandamentos da doutrina católica, o amor a Deus é imperativo logo na primeira frase (primeiro mandamento na tradição católica: “*Amar a Deus sobre todas as coisas*”). O amor é também a tônica no decálogo da mulher fascista, no entanto, estabelecia que o marido devesse ser amado sobre todas as coisas. Isabel Olegario propõe em seu manual para os esposos, que o amor atribuído a Deus seria o mesmo atribuído à esposa.

Ao marido, de acordo com o manual, cabe dispensar o tempo que sobra à sua esposa, depois de dedicar-se ao trabalho e amigos. Ao marido cabe mostrar a esposa que a felicidade do lar depende dela. Cabe ao marido instruir sua esposa. Cabe ao marido definir os lugares que a esposa deva frequentar. Cabe ao homem usar dos direitos que tem sobre sua esposa. Cabe ao homem exclusivamente cuidar dos bens da família. A ação da esposa, de acordo com a notícia, está sempre subordinada hierarquicamente a ação do esposo.

Essas atitudes que o manual descreve para os homens, lidas rapidamente demonstram atitudes de carinho e cuidado, todavia apontam para a manutenção das mulheres ao espaço privado, sem autonomia e dependentes economicamente dos maridos. E é por amar sua esposa, assim como ama a Deus, segundo as páginas do jornal *Alto Madeira*, que o marido deve colocar em prática esse manual e garantir, assim, a felicidade plena de sua mulher. Por amor, por Deus, e pela felicidade das mulheres, a notícia evidencia a heteronomia das mulheres.

Essa seção ilustrou a religião e o patriotismo como instrumentos de normatização de condutas femininas, algo bem recorrente em muitas das publicações do período em estudo. As mulheres seriam as rainhas do lar, responsáveis pela educação da prole para a construção de uma nação forte. Educação esta alinhada a preceitos religiosos e patrióticos. A seção analisou ainda a aproximação do jornal com ideais fascistas, estabelecendo inclusive uma espécie de manual fascista para a conduta das mulheres. Valores religiosos, patrióticos e fascistas se entrecruzam nas páginas do jornal *Alto Madeira* para forjar em seus leitores ideias nacionalistas.

2.3 A MORAL E OS BONS CONSTUMES: O CONTROLE DO CORPO DAS MULHERES

Como abordado no capítulo anterior, o jornal impresso foi um grande aliado das instituições na disseminação de valores ideologicamente construídos para o controle sobre o corpo das mulheres. A vida social, atitudes e mentalidades das mulheres foram afetadas diretamente por essa eficiente construção. Ilustraremos neste tópico a propagação pelas páginas do jornal *Alto Madeira* de normas morais de comportamento que buscavam o controle sobre os corpos das mulheres portovelhenses. Com o título *DE TUDO... Senhoras que fumam... cachimbo*, no dia 24 de abril de 1921, o jornal publicou o seguinte texto:

DE TUDO... Senhoras que fumam... cachimbo

Nos paizes latinos ainda se encontram velhos caturras que se insurgem contra a moda de as senhoras fumarem em publico. Em Inglaterra, onde quase todas as senhoras fumam, algumas dellas começam a fumar... cachimbo, informa-nos um chronista do “Evening Standart”. Este ultimo quejantava ultimamente num dos elegantes restaurante de Londres com alguns amigos, achava-se sentado á mesa ao pé de uma intellectual mulher de negocios que tambem de dedicava a obras sociaes. Quando chegou o momento de fumar, a senhora recusou os cigarros que lhe foram offerecidos:

- Renunciei ao cigarro ha já alguns annos – disse ela sorrindo, ao chronista, surprehendido – agora fumo cachimbo! – Cachimbo? – Sim e tenho muito prazer em verificar que outras mulheres seguem o meu exemplo. **Os senhores horrorizavam-se com a Idéa do cachimbo**, mas quando se tiverem acostumado a isso hão de reconhecer que fumar cachimbo é um habito muito mais gracioso do que o de segurar entre os labios um cigarro pouco limpo. – E, ao dizer isto, a senhora extrahia do seu saquinho de mão um gracioso cachimbo de raiz, montado em ouro, com a embocadora de marfim e encheu com tabaco tirado de outro saquinho minusculo de seda. O tabaco despertou a curiosidade do jornalista, era um tabaco preparado expressamente para cachimbos de senhoras com folhas delgadas de Virginia. Ha em Londres uma loja que vende estes cachimbos e o respectivo tabaco; o cachimbo pode conter um pouquinho mais de tabaco do que um cigarro vulgar. (*Jornal Alto Madeira*, Ano V, Ed. 410, 24/04/1921. Grifo nosso).

A notícia informa que nas grandes metrópoles do mundo já se popularizava o uso de cachimbos por mulheres. A notícia detalha que há um cachimbo específico e delicado, que é guardado em uma caixa de igual delicadeza, cachimbo esse produzido especialmente para as mãos delicadas das mulheres. Assim também o tabaco era guardado caprichosamente em um pequeno saco de cetim. E o que corrobora para permitir afirmar o crescente aumento do uso do cachimbo utilizado por mulheres é a informação que já existia em Londres uma loja especializada na venda do cachimbo e tabaco que tinha no público feminino seu público alvo.

Parece até despreziosa tal notícia, mas lendo com um pouco mais de atenção,

é possível observar que já no título, em caixa alta, há certa indignação ao fato de mulheres estarem fumando cachimbo: *DE TUDO...*, esse é o trecho inicial do título, que pode sugerir ao leitor refletir que se não bastasse toda a autonomia que as mulheres estavam alcançando, agora queriam fumar até cachimbos! Cachimbo tratava-se de um utensílio do universo masculino. A própria mulher da notícia quando indagada, reconhece que o uso de seu cachimbo *horrorizava* os homens, mas que isso em breve iria se popularizar e não causaria mais tanta estranheza.

Para além da utilização de caixa alta no trecho inicial do título que denota a desaprovação da conduta da mulher, há o uso das reticências, que nesse contexto indica a interrupção de um pensamento e insinua ao leitor a possibilidade de sugerir o complemento da frase. Sugere, assim, ao leitor, certa desaprovação e até mesmo indignação por senhoras estarem fumando cachimbo. A utilização de um utensílio do universo masculino usado por mulheres provocava desaprovação do jornal *Alto Madeira*. O periódico portovelhense buscava impor normas de comportamento para as mulheres.

O vestuário feminino também teve seu protagonismo nas páginas do jornal *Alto Madeira*, que buscou em suas páginas o controle de como mulheres deveriam se vestir e que vocabulário deveriam utilizar. A notícia abaixo ilustra claramente a busca por esse controle, publicada em 01 de maio de 1921, na *Seção de Queixas e Reclamações*:

Seção de Queixas e Reclamações

Muitas pessoas, por nosso intermedio, reclamam contra o **procedimento reprovavel** de certas mulheres residentes na rua Floriano Peixoto, (Vila Flor), que alem de **useiras em palavras inmoraes**, chegam ás portas de suas casas em **trajes menores, escarnecendo assim das familias e do pudor publico**.

Compete a policia tomar providencia. (Jornal Alto Madeira, Ano V, Ed. 412, 01/05/1921 – grifos nosso.).

A notícia encontrava-se na *seção de queixas e reclamações*, isso sinaliza que qualquer ato considerado transgressor das normas estabelecidas às mulheres era objeto de indignação da sociedade portovelhense a ponto de enviar uma nota de insatisfação a edição do periódico pedindo que providências fossem adotadas pelos órgãos competentes. Assim sendo, a notícia denunciava o ato e exortava a autoridade policial providencias necessárias para conter tais transgressões.

As mulheres transgressoras, de acordo com a notícia, foram denunciadas, pois utilizavam palavras ditas imorais e estavam vestidas *com trajes menores*, o que fica subentendido serem roupas que colocavam partes dos seus corpos mais visíveis. Tal conduta colocava em risco a ordem pública e achincalhava as famílias, de acordo com o

periódico.

Tratava-se de uma reprovação moral, mas também de um caso de polícia a conduta inadequada dessas mulheres que protagonizam a notícia. Carloni (2021) teoriza que na década de 1920 a ofensa aos bons costumes era crime previsto em lei e que violações das convenções sociais e morais poderiam ser interpretadas como atos criminosos. A busca pelo controle de corpos femininos era respaldada por um discurso moral, como visto no capítulo anterior, ideologicamente formulado por diversas esferas institucionais, ancorado na manutenção da ordem social e com sanção policial prevista em lei. E para a manutenção da ordem social era necessário que mulheres não transgredissem normas de conduta estabelecidas a elas. O jornal *Alto Madeira* foi ferrenho como agente de propagação de normas que buscavam o controle dos corpos femininos. Com o título *O bem da moral*, a notícia abaixo ilustra o que ocorre quando mulheres transgridem normas determinadas a elas:

O bem da moral

Pedro Jeronimo Sampaio, 2º Suplente em exercicio do cargo de Delegado de Policia de Porto Velho, no Amazonas, etc.

AVISO

E' prohibido, doravante, nesta cidade, ás mulheres de vida publica palestrarem, durante o dia, até as 10 horas da noite em suas portas janelas ou calçadas, nas proximidades da residencia de famílias, medida essa pela Policia tomada em virtude da solicitação de diversos chefes de familia. Prohibido também é, nas calçadas ou no interior dos botequins (salvo nos reservados) que pessoas por ventura pouco compenetradas dos seus deveres sociaes, deixem de manter, em palestra com mulheres de vida alegre o decoro exigido pela boa moral, tudo sob pena do esta [ilegível] no Regulamento da Polícia Civil.

Delegacia de Polícia de Porto Velho, 5 de Outubro de 1935. Pedro

Joaquim Sampaio

2º Suplente de Delegado em exercicio. (Jornal Alto Madeira, Ano XIX, Ed. nº 1.915, 13/10/1935).

Se não fosse o espaço de tempo de mais de uma década da notícia anterior para esta, poderíamos afirmar que se tratava de uma resposta direta das autoridades competentes a notícia anterior. Mas o que o *Aviso* acima ilustra é que reclamações sobre a conduta moral das mulheres era algo recorrente nas edições do jornal *Alto Madeira*.

Com o título bem sugestivo de *O bem da moral*, a notícia buscava cercear a conduta das mulheres e assim não colocar em risco a moral, os bons costume e manutenção da salvaguarda das famílias portovelhenses. O *Aviso* também informava que pessoas que se relacionavam com as mulheres também estariam sujeitas a sofrerem pena de acordo com o *Regulamento da Policia Civil*.

O que as mulheres vestiam, o que falavam, onde falavam e com quem falavam era objeto implacável de julgamento e cerceamento. E caso a conduta fosse considerada inapropriada para a manutenção da ordem social, as autoridades policiais estavam prontas para agir. Mulheres que não se preservavam no espaço imputado a elas historicamente, o espaço privado, sofriam duras críticas da sociedade e podiam responder criminalmente. O jornal *Alto Madeira* cumpria eficientemente o seu papel e disseminador de mecanismos de controle sobre os corpos e comportamentos das mulheres.

O vestuário, ou de forma mais abrangente a moda, foi uma importante ferramenta de expressão das mulheres e por isso sempre foi objeto de vigilância por grupos conservadores. Para a manutenção da moral, segundo o jornal *Alto Madeira*, mulheres tinham que usar roupas de acordo com o pudor exigido por uma sociedade conservadora e que via na autonomia das mulheres um perigo eminente ao *status quo*. A notícia abaixo ilustra bem como o vestuário feminino era mantido em constante vigilância. O comprimento das saias é o protagonista da notícia abaixo, que estava preocupada em provocar a atenção das leitoras e leitores para as

Variações da moda feminina

Sendo a **saia comprida o aspecto de moda feminina que mais está interessando as senhoras elegantes**, de todo mundo, lembrou-se um vespertino americano de fazer uma “enquête” entre suas leitoras, visando, assim, estabelecer por meio do voto popular, qual é o comprimento preferido para estação que atravessamos. Essa “enquête” foi inspirada pela controvérsia entre os principais costureiros sobre se a **mulher moderna prefere, realmente, a sai comprida ou si apenas aceita em virtude das exigências da moda.**

Tratando-se de uma modificação radical, pois a tanto equivale a resolução de se passar de um momento para outro, como acontece em muitos casos, a saia dos joelhos para os tornozel-los, a controvérsia a atingiu taes proporções que se pode, sem exagero, **consideral-a a mais importante até agora registrada em toda a história da moda.**

Era por isso, curioso conhecer a opinião das **senhoras chics**, até certo ponto, muito mais interessante do que a dos costureiros.

Como se esperava, triumphou a saia curta, que teve a seu favor 62% da votação, contra 28% em favor da saia comprida e 10% do comprimento medio.

As concorrentes, alem de votarem, deveriam justificar a sua preferencia. Miss R. Sallie Sande, que ganhou o premio estabelecido para quem justificasse melhor a saia curta, mostrando quanto ella auxilia a mulher que trabalha condenna a saia comprida porque escondendo alguns memoros, concorre para dar a illusão de que quem a usa possa possuir encantos conservados occultos, e que em muitos casos, dá logar a amargas illusões.

A melhor defesa da saia comprida foi feita por Miss Mary Schnpp, que antes de tudo, põe em relevo a graça das linhas que não se pode encontrar na curta. Para ella, entretanto, o ponto capital é que “agora já se pode novamente que alguma illusão a respeito das pernas das mulheres magras”, o que não era possivel com a crueldade das saias curtas. Demais, estas ultimas **permitted tanta liberdade de acção que as senhoras, esquecendo dos privilegios do sexo, se vão masculinizando intensamente.**

São, portanto, as pernas que mais influem sobre o comprimento da saia, embora,

como se vê, possam facilitar a argumentação tanto das admiradoras como nas inimigas da saia curta, pois enquanto as primeiras preferem porque evitam desilusões, a última a condenam devido a crueldade expondo os defeitos que a saia comprida ou curta discretamente.

E' opportuno lembrar que com a adopção da saia curta no Japão os cirurgiões da beleza plastica estão dedicando grande parte de seu tempo á correcção de pernas de suas amaveis conterrâneas. (*Jornal Alto Madeira*, Ano XIII, Ed. 1.315, 30/01/1930. Grifo nosso).

A notícia traz o resultado de uma enquete que buscava a opinião do público feminino sobre qual o melhor comprimento das saias, se curtas, se na altura dos joelhos (médias) ou compridas. Destaca a notícia que as mulheres modernas estavam usando as saias compridas, pois estavam na moda. O que a enquete buscava entender era se essa adesão ao uso de saias compridas era só pelo fato de estarem na moda ou se realmente eram as preferidas das mulheres.

As saias curtas, segundo a notícia, são as preferidas das mulheres, com 62% dos votos, enquanto as compridas tiveram 28% e as de comprimento médio tiveram 10% da preferência feminina. A notícia informa que as mulheres consultadas na pesquisa tinham que justificar a sua opção. Tanto a que optou pelas saias compridas quanto a que escolheu as saias curtas justificaram de forma semelhante. Ambas ancoravam suas justificativas nas pernas femininas. Enquanto as que votaram nas curtas propunham que as pernas à mostra não restavam dúvidas de como seriam, se belas ou não, sem gerar qualquer expectativa; por sua vez, as mulheres que votaram nas saias compridas afirmaram que provocaria expectativas quanto a beleza das pernas, protegendo assim as que não teriam pernas consideradas bonitas. Estas acusaram as saias curtas de masculinizar as mulheres, pois proporcionavam maior liberdade de ação.

A maioria esmagadora das entrevistadas escolheu a saia curta como de sua preferência; no entanto, a notícia enfatiza que é a saia comprida que está na moda, que não masculiniza as mulheres e seria a saia longa que senhoras *chiques e elegantes* deveriam usar. A notícia demonstra o jornal *Alto Madeira* empenhado em determinar qual seria o vestuário ideal para as mulheres, as saias compridas. Pois estavam na moda, eram elegantes e as mulheres não precisariam se submeter a procedimentos cirúrgicos para atenuar as imperfeições das pernas como faziam as japonesas. De maneira sutil, a notícia estabelecia qual o comprimento ideal das saias das mulheres portovelhenses: a comprida.

Como ilustrado nas notícias desta seção, o vocabulário, o vestuário e o horário que mulheres deveriam frequentar espaços públicos não era arbitrado por decisão das mulheres; pelo contrário, eram estabelecidos por instituições, como visto no capítulo anterior, e propagados eficientemente pelas folhas do jornal *Alto Madeira*. As notícias que circulavam no

jornal *Alto Madeira* visavam o controle sobre os corpos femininos. Grupos conservadores buscavam disciplinar, inclusive, o comprimento do cabelo das mulheres, como ilustrado na notícia abaixo:

Os cabellos curtos

Entrevistei, ha dias, um cavalheiro ainda cheirante aos ares das margens do Sena. Com minhas fumaças de aquilatador de costumes, perguntei-lhe se encontrou generalizados em Paris os cabellos curtos. Menos do que pensava antes de chegar á cidade-luz. Há resistencia nas classes aristocratica e burgueza, que, a despeito dos democratices de fachada, continuam dando o tom. Bem sabe o reverendo como, antes dos dezoito ou vinte annos, não saem do collegio as filhas de familia que, forçosamente, se conservam ignorantes do que sejam bailes, saraus, festas, recepções, theatros, assembléas e namoricos. Além disso, os educandários, com os seus regulamentos á mme. De Maintenon ou mme. De Montesquieu, não brincam quanto á uniformidade dos vestuario e das tranças.

- Vae bem isso para as moças, mas como explicar a ogeriza das pessoas de sociedade?

- Azoaram-se as famílias, como a origem da innovação, lançada **por uma estrella de cabaret e propagada por figurantes de theatrolos, gentinha** que procura unir, aos magros proventos do “caf’cond” ou do “mnsic-hall”, **os lucros hypotheticos da vida alegre. Com o plebeísmo da moda arrepiaram carreira as classes altas.**

- Ouvir falar nisso.

- A mór parte dos lares recusou promiscuidades com actrizes, tanto mais que, exaggerando o córte á Ninom, as bataclanistas resvalaram na tosquia “á **La garçonne**”, **creação de um romancista, que achou, na commercialisação do erotismo, remedio ás agruras da imoecuniosidade.**

Deante da “chanteuse gommeuse” e do explorador da caprographia, **as classes conservadoras taparam o nariz.**

- E a gente modesta?

- Agiu identicamente, mas por motivos diferentes...

- Que são?

- A perda de tempo e o gasto de dinheiro.

- Não entendo.

- A nova moda exige lazares e despesas. No tempo dos coques pyramides, a moça humilde desconhecia o “colffeur pour dames”. Encastellava o toucado em casa, sosinnha, deante do espelho.

Hoje, as pelladitas passam a metade do dia no toucador. Untam e perfumam o craneo, passam e repassam o pente, sacodem a cabeça para vêr o jogo dos cabellos e perdem tempo no arranjo da pastinha.

- Sem contar as sessões na barbearia...

- Ia chegando alli. A melindrosa vae ao “colffeur” uma ou duas vezes na semana. Espera bastante pelo seu turno, quando a freguezia afflue. Entronizada, emfim, na cadeira, gasta longos minutos na aparagem das crinas, na raspagem da nuca, na ondulação das falripas...

- Tanta cousa!

- Sem tempo a perder é que as midinetes, cousettes, modistas, chapeleiras, telephonistas e dactylographas dispensam o tal “colffeur pour dames”, porque iniciam ás 7 da manhã e terminam á 6 da tarde e lucta pelo ganha-pão, com apenas uma hora de folga para o almoço.

O “colffeur” é procurado por actrizes, que pandegam de noite e dormem de dia, ou por melindrosas que, vivendo á custa dos paes, não se dão ao trabalho de procurar emprego.

- E a perda de dinheiro?

É outro aspecto da questão. A poupança afastou da tosquia muitas esposas e filhas de funcionarios, e a mór parte das operarias.

Mal ganhando para viver, o burocrata o guarda-livros não aguenta super- despesas de barbearia. Raramente encontra-se descabelada a mulher ou a prole do empregado modesto, a quem o corte de cabelo redundaria num corte de rendimentos.

- Quanto ás operarias?

- Bem sabe o reverendo que na França, logo depois da primeira communhão, as mocinhas entram a colaborar no orçamento familiar. Vão á fabrica, ao escriptorio, á loja de fazendas. Não ha janelleiras alli...

- Tanto mais que não o permitem o clima e as casas.

- Em resumo, o (ilegível) não vingou, salvo excepções, nas cabeças aristocraticas, burguezas, funcionarias e operarias. E onde vingou a etiqueta mais de vez o forçou a retroceder.

- Que linguagem misteriosa!

- As peladas de alto conthurno contataram que, nas recepções de gala ou nos recitais de luxo, o traje a rigor tem uma amplidão cujo donaire não comporta pescoços raspados, tanto mais que as joias e diamantes, tão refulgentes em penteados opulentos, são deslocados em tufinhos “a la garçonne”.

- De sorte que...

-De sorte que houve uma transacção. As precipitadas adeptas da tosquia usaram de dia o cabelo curto, e stentaram a noite um toucado artificial. Castigadas na propria vaidade, as imprudentes estão deixando as tranças crescerem.

Grato pela entrevista, despedi me do cavalheiro, que tomara gosto em se expandir. Numa chronica sobre cabellos curtos descabem alongamentos de phases. **Sou pelas tranças kilometricas** e pelos artigos anões.

Em todo caso, para consolar as donas de pêlos “á La garçonne”, citarei o exemplo da mademoiselle Augustine Restituta Touze, que, na idade de cento e quatro annos, cortou as tranças, porque, disse a centenaria, “nunca é tarde para fazermos o bem”.

A’s elegantes desejo o chegarem aos 104 annos. Verdade é que em tão propecta idade, provavelmente não lhes ficarão duas duzias de cabellos para o corte “á La garçonne”.

Padre Dubois.

(Da “Folha do Norte”. Pará). (*Jornal Alto Madeira*, Ano X, Ed. nº 950, 01/08/1926. Grifo nosso).

A notícia trata-se de uma entrevista a um jovem que acabou de visitar Paris. O entrevistador indaga se o *cavalheiro* percebeu muitas mulheres parisienses com os cabelos curtos, ao passo que o jovem respondeu que menos do que imaginou encontrar, e explicou que as classes burguesas e aristocráticas resistiam aos cabelos curtos. Acrescenta que *filhas de família*, até os vinte anos, não frequentam espaços públicos, *como baile, saraus, festas, recepções, teatros e assembleias*. E claro, preservam suas tranças.

A moda dos cabelos curtos, sugere o entrevistado, surgiu e foi propagada por uma estrela de *cabaret*, a qual ele denomina de *gentinha*. *Gentinha* essa empenhada na busca de prazeres efêmeros da *vida alegre*. O entrevistado afirma que o cabelo curto trata-se de um plebeísmo da moda, que o corte *á la garçonne* foi criação de um romancista preocupado em vender seus livros comercializando o erotismo. Também afirma que as *classes conservadoras* não aderiram a moda dos cabelos curtos, e que os conservadores *taparam o nariz*.

Os conservadores, que para o entrevistado tratava-se de grupos economicamente abastados (denominados pelo entrevistado de aristocratas e burgueses), não aprovavam cabelos curtos para mulheres, pois relacionavam a moda a um apelo sexual, propagada por atrizes, mulheres que transitavam livremente em espaços públicos. Mas não só os aristocratas e burgueses eram contra a moda *à la garçonne*, pessoas modestas também, mas o motivo estava no tempo gasto para preparar o cabelo e no valor do serviço, que já não era possível ser feito em casa e sim em estabelecimentos especializados. Mulheres proletárias não teriam tempo para ir ao *Colffeur* e nem recursos financeiros. O entrevistado afirma que as mulheres que procuram esses serviços são as atrizes, pois *pandegam* de noite e dormem de dia, e as melindrosas, que teriam a conta paga pelos pais.

Enfim, a notícia evidencia que o corte de cabelo *à la garçonne* não encontrou adeptas nas cabeças aristocráticas, burguesas, classes médias e operárias. As mulheres que optaram pelas madeixas mais curtas, a noite, em ambientes mais formais, teriam que usar perucas por influencia da moda. E se mulheres estivessem dispostas a aderir a moda, a notícia sugere que aguarde cento e quatro anos para fazê-lo, sugere o entrevistador ironicamente.

Mas de fato o que a notícia evidencia é a total reprovação propagada pelo jornal *Alto Madeira* do corte de cabelo *à la garçonne*. Como discutido no capítulo anterior, cabelos curtos para as mulheres transgredia ao fenótipo atribuído à feminilidade, que estaria nos cabelos longos, caindo pelas costas. A estratégia utilizada pelo periódico para convencer as leitoras na manutenção dos cabelos longos estaria em atribuir os cabelos curtos às mulheres que frequentavam ambientes e atividades noturnas, com um forte apelo de reprovação moral por essas mulheres frequentarem tais espaços públicos.

Nesta terceira e última seção do segundo capítulo foi possível ilustrar como o discurso do jornal *Alto Madeira* da representação feminina estava ancorado na defesa de valores morais e dos *bons costumes*. Valores morais estes forjados por instituições, como discutido no capítulo anterior, que buscavam o controle dos corpos femininos e assim determinar o lugar social, político e econômico que mulheres deveriam ocupar.

A reprovação do uso de cachimbos por mulheres, a regulação de horários que mulheres deveriam transitar nos espaços públicos, a determinação de como deveria ser o comprimento de suas saias ou o comprimento de seus cabelos, são indícios concretos que demonstram a propagação pelo jornal *Alto Madeira* de todo um arcabouço ideológico que buscou o controle dos corpos femininos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo, *As décadas de 1920 e 1930 e a Questão Feminina: avanços e recuos na luta por direitos e protagonismo feminino*, discutiu a luta de mulheres por seus espaços nas escolas, nas universidades, no mercado de trabalho, e no direito ao sufrágio, por meio da atuação obstinada da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF). No entanto, toda a discussão em torno da emancipação feminina esbarrou em um movimento contrário, de cunho conservador, no qual diferentes instituições contribuíram. Assim sendo, O Estado (justiça), a igreja, a medicina e a imprensa corroboraram na construção ideológica de um valor hierárquico inferior para as mulheres, incutindo nas mentalidades que a única forma de ser da mulher era atendendo as demandas estabelecidas a elas por essas instituições que viam na emancipação feminina um perigo à moralidade.

O capítulo salientou ainda a importância do governo Vargas como aliado na construção de valores políticos, religiosos e morais, por vezes inspirados em regimes autoritários europeus, que tentavam esvaziar as demandas feministas e buscavam a manutenção das mulheres com as atribuições que eram *naturalmente* atribuídas a elas: se dedicar as suas atividades domésticas e educar os filhos para a construção de um Estado forte.

Ao fim e ao cabo, a crise que diferentes instituições julgavam existir, discutida no primeiro capítulo, seria uma crise moral, e a responsável pelo declínio moral seria a mulher ao negligenciar os cuidados no âmbito doméstico. Aquela máxima que a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco encontrou eco aqui. Mas afinal, o declínio do homem é responsabilidade da mulher desde o jardim do Éden, quando Eva ofereceu a maçã para o Adão! Esse é o fardo que mulheres em uma sociedade patriarcal precisam carregar!

O segundo capítulo, *A representação feminina no jornal “Alto Madeira” (1920-1930): o discurso político em defesa do patriarcado*, buscou demonstrar por meio de notícias do jornal *Alto Madeira* a representação feminina propagada pelo jornal a sociedade de Porto Velho segundo valores conservadores discutidos no primeiro capítulo. O exercício intelectual deste capítulo se concentrou em ilustrar por meio das notícias do periódico portovelhense a representação feminina difundida em suas páginas. O jornal *Alto Madeira* foi um fiel divulgador de um manual para o controle de corpos e condutas

femininas que buscava a manutenção das mulheres no espaço privado em um discurso ancorado em valores religiosos, morais e nacionalista.

No contexto de redefinição da condição social das mulheres na década de 1920 e 1930, em que se evidencia a luta por direitos sociais e a inserção no espaço público e profissional, o discurso político do jornal *Alto Madeira* representa uma reação a este processo de questionamento da atuação restrita das mulheres ao espaço privado da família reforçado pela condição de mãe, filha e esposa. Vislumbrando uma mudança no *status quo*, o discurso político do jornal realizou a defesa da família tradicional patriarcal, que consiste em justificar, de forma supostamente harmoniosa, o comando masculino e a submissão feminina. Ao mesmo tempo que mantinha um discurso crítico e distorcido ao movimento feminista, ao defender posições machistas.

É possível afirmar que no transcorrer da década de 1930, o jornal *Alto Madeira* passou de discurso machista difuso, que é possível de observar nas notícias do jornal na década de 1920, para um discurso alinhado ao fascismo e defesa do patriarcado, assim como associado ao governo varguista e simpatizante de Mussolini. Vale ressaltar também que o jornal *Alto Madeira* agiu como um veículo de propagação ideológica, comprometido na criação de um homem novo, de uma sociedade nova e de um novo país, utilizando também o discurso sobre os corpos femininos para tal criação.

O editorial do jornal *Alto Madeira* questionou o movimento feminista, primeiro através do silenciamento das pautas e demandas das feministas. Enquanto na capital fervilhava os debates sobre a autonomia feminina e sobre a organização de mulheres que lutavam pela tomada de decisões sobre suas próprias vidas, nunca houve, no recorte da pesquisa, uma única notícia sobre a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF). Questionou também o movimento feminista deturpando e esvaziando as lutas das mulheres. Publicou em suas páginas que o verdadeiro caráter feminino estava nas mulheres *serem rainhas em casa e mães de família*.

O sufrágio feminino, esse sim, foi amplamente divulgado e criticado pelo jornal *Alto Madeira*, mas não o relacionando a uma pauta feminista e jamais noticiando a luta travada pela FBPF junto aos parlamentares. O jornal foi incansável na negativa ao direito das mulheres ao sufrágio. Suas páginas foram ávidas em divulgar a recusa do voto feminino junto a parlamentares. Para alcançar a sensibilidade do leitor, evocavam argumentos religiosos e morais, estigmatizando a mulher como incapaz de votar ou ser votada. Às mulheres era conferido o espaço, segundo o jornal *Alto Madeira*, que ficava *entre a porta da rua e da cozinha*.

A educação, outra demanda importante das feministas no período, pois qualificaria as mulheres para ingresso no mercado de trabalho ganhou outra conotação nas páginas do jornal. De acordo com o jornal *Alto Madeira* o modelo apropriado de educação para as mulheres estaria pautado em valores religiosos e morais. A mulher deveria ser educada para a castidade na juventude, para o casamento, procriação e cuidados com o lar. Nesse ideal divino de mulher não cabia espaço, segundo as páginas do jornal *Alto Madeira* para o divórcio. O divórcio era considerado uma *instituição artificial, hostil a vida das nações e ao destino da sociedade*.

Uma nação forte e uma sociedade em equilíbrio, segundo o jornal *Alto Madeira*, deveria se estabelecer em uma hierarquia entre homens e mulheres. O núcleo familiar seria o espaço onde se educaria para essa hierarquização. A família tradicional (mãe, pai, filhos) era onde seria construído uma unidade de nação baseada no respeito, adesão e obediência ao “chefe” hierárquico: o pai. E assim como esposas e filhos honram o pai, todos os cidadãos brasileiros deveriam honrar o “chefe” da nação.

O jornal buscou disseminar um conjunto de valores a serem absorvidos e introjetados na consciência do povo. Além de informar sobre os acontecimentos da Amazônia, do Brasil e do mundo, o jornal *Alto Madeira* era um guia de comportamento para as mulheres. Tendo em vista que o discurso midiático tem um alcance enorme e introjeta ideologias e relações sociais de dominação, a pesquisa evidencia o jornal *Alto Madeira* como porta voz de valores morais e religiosos para a conduta das mulheres portovelhenses, assim como para o projeto político varguista⁶ para a construção de uma nova nação, sob forte inspiração fascista.

Deus, Pátria e Família ecoaram nas páginas do jornal *Alto Madeira*!

Ao longo da elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, o discurso propagado pelo jornal *Alto Madeira* alinhado com ideias do governo Vargas provocou enormes questionamentos, tendo em vista que após a tomada do poder em 1930, todo o editorial do jornal foi mudado e o jornal passou a divulgar com exaltação todos os acontecimentos políticos que sacudiu o cenário político da época, sempre alinhado com os ideais do novo governo. O jornal passou a ser um fiel propagador do projeto político de Getúlio Vargas. Entender esse movimento de mudança editorial, esse apoio irrestrito a Vargas seria um próximo caminho de pesquisa possível de percorrer.

Outro aspecto que despertou enorme interesse de continuação no trabalho de pesquisa

⁶ O alinhamento do jornal com o governo de Vargas é claramente evidente na fonte. Desde o golpe de 1930 o jornal *Alto Madeira* foi *porta voz das aspirações* do país na cidade de Porto Velho, de acordo com a notícia de 28 de outubro de 1930.

seria analisar os discursos não oficiais e não hegemônicos em relação as mulheres portovelhenses e compreender se havia alguma de resistência das mulheres portovelhense em relação a esses discursos. E considerar o espaço privado, o espaço do lar, também como um espaço de possível resistência e negociação.

4 REFERÊNCIAS

Documentais:

Jornal *Alto Madeira* nas décadas de 1920 e 1930 – periódico disponível em formato digital na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=060160&pesq=&pagfis=37760>

Bibliográficas:

CANCELLI, Elizabeth. A leniência e Vargas: Falas da História. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol 33, nº 71, p.448-468, Setembro-Dezembro 2020.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930- 1945)*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 113-153.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Sufrágio, educação e trabalho: o feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930**. *Hist. R.*, Goiânia, v. 19, n. 2, 2014.

CARLONI, Karla. ROSALINA E HELENA: **o corpo da mulher branca e emancipada no Rio de Janeiro da década de 1920 pelas lentes da literatura de Benjamin Costallat**. In: CARLONI, Karla; MAGALHÃES, Livia (org.). *Mulheres no Brasil Republicano*. Curitiba: CRV, 2021. p. 21-41.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** Tradução: Lúcia Maurício de Alverga. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1996.

CAVALCANTI, Natalia Conceição Silva Barros; CASTRO, Raimundo Nonato de. **Mulheres na década de 1920: aproximações entre Belém e Recife**. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais* - ISSN: 1807-6971 - Janeiro / Junho de 2022 Vol.19 Ano XIX no 1, p. 225-243.

CAVALCANTI, Natalia Conceição Silva Barros; CASTRO, Raimundo Nonato de. *Revista de História e Estudos Culturais*. Janeiro – Junho de 2022 – vol. 19 – Ano 19, nº 1. ISSN 1807-6971.

DECCA, Edgar de. **O silêncio dos vencidos**. Brasiliense, 4ª edição. São Paulo, 1988.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O tempo do nacional-estatismo** [recurso eletrônico]: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945) – 1. ed. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2019.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Estudos da História da Amazônia**. Volume I. Porto Velho: Rondoniana, 2014.

GALVÃO, Laila Maia. **Os entrecruzamentos das lutas feministas pelo voto feminino e por educação na década de 1920**. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 07, N 13, 2016, p. 176-203.

GREGORI, Juciane de. **Feminismo e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos**. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 30, n. 2 – Jul./Dez. 2017 – ISSN online 1981-3082.

PRIORE, Mary Del; CARLA, Bassanezi (orgs.) **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O Feminismo em Boa Marcha no Brasil!** Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. Rev Estud Fem [Internet]. 2018;26(2):e49845. Available from: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n249845> Acesso: 01/10/2024.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Edições do Graal, 2ª edição. Rio de Janeiro, 1977.

LIMONGI F, Oliveira J de S, Schmitt ST. **Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil**. Rev Sociol Polit [Internet]. 2019;27(70):e003. Available from: <https://doi.org/10.1590/1678-987319277003> Acesso: 02/10/2024

LOPES MM. **Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Hist cienc saude-Manguinhos [Internet]. 2008;15:73–95. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500004> Acesso: 02/10/2024

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111- 153.

MACENA, Fabiana Francisca. **Madames, mademoiselles: “feminino e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Brasília, 2010.

MACHADO, Vitória de Almeida. **“Em cada peito da mulher brasileira está uma chama de veemente patriotismo”**: a revista *Jornal das Moças e o Estado Novo varguista*. In: CARLONI, Karla; MAGALHÃES, Livia (orgs.). Mulheres no Brasil Republicano. Curitiba: CRV, 2021. p. 267- 285.

MARTINS, Ana Faedrich. **A produção de autoria feminina: Albertina Bertha e a imprensa periódica**. A produção de autoria feminina - Vol. 2, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em:

Marques TCN. **A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943**. Estud hist (Rio J) [Internet]. 2016Sep;29(59):667–86. Available from: <https://doi.org/10.1590/S2178-14942016000300006> Acesso: 02/10/2024

MALUF, Maria; MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-421.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; OLIVEIRA, Elis da Silva (Orgs.). **Narrativas sobre a cidade de Porto Velho: Revisitando o jornal Alto Madeira**. Temática Editora. Porto Velho, 2019.

O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)/ organização Jorge Ferreira, Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

OLIVEIRA, Elis da Silva. **Football, modernidade e distinção social: apropriação da prática do futebol pela classe dominante em Porto Velho nos anos de 1920**. 2014.87 folhas. Trabalho de conclusão de curso (monografia). Curso de História, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO, 2014.

PAXTON, Robert Owen. **A anatomia do fascismo**. Tradução: Patrícia Zimbers e Paula Zimbers. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Imagem e Representações 1: A era dos modelos rígidos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). Nova História das mulheres no Brasil. - 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

RABELLO, Antonio Cláudio; FERNANDES, Ticiane Priscila Cardoso; MENEZES, Maycon Roberto Gomes. In: NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; OLIVEIRA, Elis da Silva (orgs.). **Narrativas sobre a cidade de Porto Velho: Revisitando o jornal Alto Madeira**. Temática Editora. Porto Velho, 2019. p. 115-137.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: DELGADO, L. A.; FERREIRA, J. (orgs.) O Brasil Republicano. O tempo do Brasil excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1. p. 91-120.

SILVA, Laura dos Santos. **O nosso feminismo e a arte de ensinar crianças: professoras primárias entre práticas de controle e agências no Brasil Republicano (1900-1920)**. In: CARLONI, Karla; MAGALHÃES, Livia (org.). Mulheres no Brasil Republicano. Curitiba: CRV, 2021. p. 57-73.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1982.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

VITAL, André Vasques. **Comissão Rondon, doenças e política: “Região do Madeira: Santo Antônio”, de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra visão do Alto Madeira em 1911**. Hist. cienc. saude-Manguinhos 18 (2) , Jun 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/njTCZ9LdrbQ53zb6Ls6PjJR/>